

The background features abstract, overlapping brushstrokes in shades of yellow and blue, creating a sense of movement and depth. The strokes are thick and textured, with some areas appearing more saturated than others.

# Intersecciones

Revista da APEESP  
número 3 - 1º sem. de 2018

# SUMÁRIO

Apresentação – Jorge Rodrigues de Souza Junior ..... 3

## Texto Convidado

Atualidade e memória: sobre as línguas estrangeiras nas escolas do Estado de São Paulo – Natália Victuri e Maite Celada..... 5

## Propostas didáticas

A história e a cultura latino-americana nas aulas de espanhol – Adriana de Carvalho e Camila Gervaz ..... 18

Palabra, imagen y sonido: una propuesta para la clase de E/LE – Graciela Foglia ..... 26

## Edição especial - Memórias da APEESP

Lembranças de um associado inquieto – Italo Oscar Riccardi León ..... 34

Revisitando a APEESP (Gestão 2006-2008) – Marcos Maurício Alves da Silva ..... 39

Criando em tempos de confronto: memórias da diretoria 2008-2010 – Adrián Pablo Fanjul ..... 42

Relato de experiências da Gestão 2010-2012 - Gisele Moreira, Virginia Bonfim e Isabel Contro Castaldo ..... 51

Memória de uma gestão: Diretoria da APEESP (2012-2014) – Andreia dos Santos Menezes..... 57

APEESP: um relato da gestão 2014/2016 – Fábio Barbosa de Lima ..... 69

A APEESP enquanto legado a ser defendido – Gestão 2016-2018 – Jorge Rodrigues de Souza Junior ..... 75

## Apresentação

É com muito orgulho, neste ano especial de 2018, quando nossa associação completa seus 35 anos, que a gestão 2016-2018 retoma a publicação da ***Intersecciones – Revista da Apeesp***, legitimando-a como um espaço de debate e de reflexão sobre o ensino de espanhol em nosso país e, também, como um espaço de preservação e de memória do legado da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo (APEESP).

Nesse sentido, esse número é especial por contemplar relatos da atual gestão e de gestões anteriores à nossa, em um resgate da trajetória do trabalho voluntário que dezenas de professores delegaram a essa associação, cujas práticas políticas são interessantes de serem observadas e tomadas como exemplo, dado o atual momento de desmonte da educação pública e do ensino plurilinguístico em nosso país, resultados diretos da nova Lei do Ensino Médio, a Lei federal 13.415, promulgada em 2017.

Não nos furtamos, enquanto associação, a negar esse passado. A APEESP tem atuado, conjuntamente com filiados, com professores da educação básica e de ensino superior, além do intenso diálogo com outras associações, sejam elas de outras línguas ou de espanhol de outros estados, para defender aquilo que consta em seu estatuto como seu papel: lutar para salvaguardar a formação dos docentes de espanhol e agir em defesa tanto dos interesses profissionais do conjunto de seus membros quanto dos interesses da educação.

Para corroborar essa posição, o lançamento deste número se dará em uma ocasião especial: o III Simpósio da APEESP 35 anos, mantendo a tradição iniciada na comemoração dos seus 25 anos em 2008 e realizada a cada cinco anos. Com apresentações de trabalho, oficinas, mesas redondas e conferências, o simpósio se constituirá em um espaço de reflexão sobre o papel da APEESP e sobre as ações realizadas ao longo dos seus 35 anos, além de uma importante discussão sobre as ações que nortearão a sua vocação daqui por diante.

Ao mesmo tempo, sem descaracterizar a proposta inicial da *Intersecciones*, apresentaremos duas propostas didáticas, resultado direto das oficinas que compuseram a última Jornada da APEESP, realizada em outubro do ano passado, além de um artigo que refletirá a discussão realizada na Audiência pública em defesa do ensino de línguas estrangeiras, realizada no dia 19 de outubro de 2017 na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, escrito a convite nosso por María Teresa Celada e Natalia Victuri.

Também estamos lançando, no portal da APEESP ([www.apeesp.com.br](http://www.apeesp.com.br)) sete edições da Revista da APEESP, revista que circulou nos anos 90 e consta com textos de vários professores que, com o passar dos anos, se converteram em autoridades do hispanismo em nosso país. Agradecemos enormemente à Profa. Fátima Cabral Bruno, quem gentilmente digitalizou e ofereceu esse precioso acervo para nossa associação.

Para finalizar, convidamos os interessados em publicar seus artigos ou propostas didáticas no próximo número da *Intersecciones* a enviar seus trabalhos, escritos em português ou espanhol, para o nosso endereço eletrônico:

Apresentação  
JORGE RODRIGUES DE SOUZA JUNIOR

revistaapeesp@gmail.com. A proposta mais detalhada da revista e suas normas de publicação estão no site da APEESP ([www.apeesp.com.br](http://www.apeesp.com.br)).

Desejo, em nome da APEESP, uma ótima leitura.

Jorge Rodrigues de Souza Junior  
Presidente Gestão 2016-2018



## Atualidade e memória: sobre as línguas estrangeiras nas escolas do Estado de São Paulo

Natália Santini Victuri (PPG – FFLCH/USP)<sup>1</sup>  
Maite Celada (FFLCH/USP)

5

Este texto corresponde à fala originalmente pronunciada na “Audiência Pública em defesa do ensino de línguas estrangeiras – APEESP na ALESP”<sup>2</sup>, que ocorreu na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) no dia 19 de outubro de 2017, promovida pela Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo (APEESP) junto à Comissão de Educação e Cultura dessa Assembleia e com o apoio da deputada estadual Leci Brandão (PCdoB).

A estrutura desta versão escrita mantém a organização inicial: uma breve introdução e um desfecho a cargo de uma de suas autoras, Maite Celada, partes essas que guardam o tom da oralidade e, sobretudo, da indignação que vivíamos e vivemos a respeito da Lei 13.415/2017 e da formulação, naquele momento, dos termos da Base Nacional Curricular Comum. Já o fragmento central, formulado por Natália Victuri, corresponde a uma parte da análise realizada em sua dissertação de mestrado (VICTURI, 2017), na qual abordou os documentos que compõem o arquivo jurídico do Estado de São Paulo no que diz respeito ao lugar das línguas estrangeiras tanto na grade curricular regular quanto no âmbito extracurricular e, nesse sentido, traz as marcas de uma escrita (mais) acadêmica. Apesar das diferenças de tom, fazemos questão de observar que ambas enunciações estão atravessadas pelo político – pelo conflito que este implica – e, por tanto, por posturas de confronto e de denúncia.

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana.

<sup>2</sup> É possível ter acesso à Audiência Pública pelos seguintes sites: <http://www.apeesp.com.br/?p=3376> e <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=384644>. Acesso em: 9 de jun. de 2018.

## 1.

Iniciamos esta breve reflexão com uma pergunta: de onde os docentes, estudantes universitários, funcionários da ALESP, a própria deputada Leci Brandão e todos aqui presentes vimos? Sabemos que muitos de nós estudamos na escola pública, num percurso marcado por **poder saber** e essa é a razão pela qual estamos aqui: numa Audiência Pública em defesa das línguas estrangeiras na escola do Estado de São Paulo, pois sabemos o que significam os saberes e, sobretudo, temos consciência do que significa ser excluídos do acesso a eles.

No contexto das muitas perdas em que estamos inseridos atualmente, pois cotidianamente nos arrancam direitos e conquistas históricas em diversos níveis, esta não é uma discussão técnica, de fato, é política porque diz respeito a uma sociedade como a nossa: fortemente marcada pela divisão e pela desigualdade.

No que se refere à perda de direitos no âmbito educacional, estamos sujeitos a uma sistemática exclusão dos **direitos a saber** e, portanto, a ter acesso à produção do conhecimento realizada com dinheiro público do próprio Estado de São Paulo – fundamentalmente embora não exclusivamente, por suas três universidades justamente públicas. Nesse sentido, no plano das línguas estrangeiras, devido à restrição monolíngue instaurada nas escolas regulares desse Estado nos vemos obrigadas a recuperar a memória dos Centros de Estudos de Línguas (CELS) que pertencem ao nível extracurricular, não sem deixar de tecer considerações sobre o lugar das línguas estrangeiras também no currículo regular.

## 2.

Em nossa pesquisa de mestrado (VICTURI, 2017) estudamos o lugar do espanhol e das demais línguas estrangeiras no ensino regular do Estado de São Paulo. Ao analisarmos e interpretarmos os documentos que compunham nosso arquivo detectamos dois momentos importantes nos quais as relações de força<sup>3</sup> determinaram a especificação das línguas: o primeiro, corresponde à publicação

---

<sup>3</sup> Cf. Orlandi (1999).

da Proposta Curricular do Estado de São Paulo (1986), pela qual o inglês se estabilizou no currículo regular; e o segundo, à criação dos Centros de Estudos de Línguas (1987), cuja oferta – como veremos imediatamente – previa a aprendizagem de várias línguas estrangeiras e, *prioritariamente*, do espanhol<sup>4</sup>.

A Resolução 5 de 2010 – publicada já no prazo máximo estipulado para implantação da Lei 11.161/2005, também conhecida como “Lei do Espanhol”<sup>5</sup> – respondia a um movimento no sentido de instalar a obrigatoriedade da oferta da língua espanhola; no entanto, na análise que realizamos desse documento dentro de uma sequência mais ampla<sup>6</sup>, foi possível observar uma série de “indeterminações” nas formas de dizer do texto jurídico (tais como rodeios, ambiguidades, silêncios, omissões) que confirmaram o inglês como a única língua do currículo regular<sup>7</sup>.

Desse modo, é possível afirmar que, desde o final da década de 80 até 2017 – data de encerramento da pesquisa e, portanto, de fechamento de nosso arquivo – não há, no currículo regular do Estado de São Paulo, uma política de ensino plurilíngue. Para encontrar a expressão de gestos nesse sentido, é preciso deslocar o olhar para o âmbito extracurricular, no caso, para os CELs, que foram criados no âmbito do Estado de São Paulo por meio do Decreto 27.270, de 10 de agosto de 1987, emitido por esta casa – a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) – e assinado pelo então

---

<sup>4</sup> É preciso observar que no âmbito do Estado de São Paulo, no período de 1961 até 2005 – que se refere respectivamente à publicação de duas leis federais: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei 11.161 – o modo de significar as línguas nos documentos jurídicos foi sendo alterado: a especificação, isto é, a menção de línguas determinadas (inglês, francês, por exemplo) foi dando lugar ao sintagma genérico “língua(s) estrangeira(s) moderna(s)”. Inclusive, houve ainda um momento – entre os anos de 1984 e 1985 – em que nesse espaço estadual, as línguas perderam o estatuto de disciplinas e passaram a ser designadas como “atividades”; por essa razão, consideramos importante focalizar os dois documentos que acabamos de citar no corpo do texto, o de 1986 e o de 1987, pois marcam a retomada da especificação das línguas.

<sup>5</sup> Essa lei, revogada em 2017, dispunha sobre a oferta obrigatória e a matrícula optativa do espanhol no Ensino Médio e determinava que o processo de implantação deveria estar concluído no prazo de até cinco anos a partir da publicação desse texto jurídico.

<sup>6</sup> Referimo-nos a documentos anteriores e posteriores à publicação da Resolução 5/2010, inclusive, à Proposta Curricular do Estado de São Paulo para a língua espanhola, elaborada em 2007 e publicada em 2011.

<sup>7</sup> Cf. análise detalhada no capítulo 2 de Victuri (2017).

Governador Orestes Quéricia (PMDB). Segundo González (2008), no mesmo período dessa criação, a APEESP em conjunto com outras associações de professores de línguas, lutava para tentar acabar com o que já naquela época (1987) o autor definia como “monopólio do inglês nas escolas públicas”. De acordo com o próprio autor, a luta dos professores era, sobretudo, para garantir a “pluralidade da oferta de línguas estrangeiras e a liberdade na escolha dessas línguas pelo aluno” (ibid.). O reconhecimento da situação de monolinguismo vigente na época aparece presente nos *considerandos*<sup>8</sup> do decreto de criação dos CELs:

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e consideando (sic) a necessidade de:

- proporcionar aos alunos diferentes oportunidades de desenvolver novas formas de expressão lingüística;
- enriquecer o currículo das escolas públicas estaduais;
- superar a situação de monolinguismo vigente na escola pública estadual. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1987).

Importante observarmos que o decreto faz referência ao monolinguismo como parte do diagnóstico da situação mais imediata e, em um esforço para superar esse aspecto, dispõe que:

**Artigo 1.º-** Ficam criados, no âmbito da rede estadual de ensino, Centros de Estudos de Línguas que terão por finalidade proporcionar aos alunos das escolas públicas estaduais uma possibilidade diferenciada de **aprendizagem de várias línguas estrangeiras modernas, com prioridade para língua espanhola.** (ibid., grifos nossos).

Depreende-se da textualidade desse artigo que, apesar de a aprendizagem estar prevista para “várias línguas” apontando para um plurilinguismo, opera uma especificação: “com prioridade para a língua espanhola”. Esta *preferência* pela oferta do espanhol foi reiterada em outras resoluções que dispuseram sobre o

---

<sup>8</sup> Zoppi-Fontana explica que “do ponto de vista discursivo, o funcionamento dos *considerandos* pode ser analisado como a explicação no texto legal de suas *condições de produção* (Pêcheux, 1969)” (2005: 109).



funcionamento dos CELs, pelas quais ficava previsto que “preferencialmente” ou ainda “exclusivamente” o espanhol seria ofertado no âmbito desse espaço<sup>9</sup>.

Em 2009 o Decreto de 1987 é revogado pelo Decreto 54.758. Em sua textualidade opera um deslocamento importante que pode ser observado no seguinte fragmento:

Artigo 2º - Os Centros de Estudos de Línguas - CELs [...] têm por finalidade proporcionar aos alunos das escolas públicas estaduais a **possibilidade de aprendizagem de língua estrangeira moderna, em caráter opcional, de livre escolha da clientela escolar.** (ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, grifos nossos)<sup>10</sup>.

Ao compararmos ambos os decretos observamos que o sintagma “várias línguas estrangeiras” presente no Decreto de 1987 é retomado no documento de 2009 como “língua estrangeira moderna”, com uma marca de “singular”, que pode referir ao objeto como um genérico (o “universo das línguas estrangeiras”), mas que, de nossa perspectiva e considerando o total do corpus abordado em nosso trabalho e o processo discursivo observado (VICTURI, 2017), confere equivocidade ao texto jurídico, operando como uma pista do processo que ratificaria e radicalizaria o monolinguismo instalado desde antes mesmo de 1987<sup>11</sup>.

---

<sup>9</sup> Estamos nos referindo especificamente às Resoluções 271/1987 e 193/1988, ambas emitidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), pelas quais ficou disposto, respectivamente, que “No primeiro ano de funcionamento, o Centro proporcionará **exclusivamente** o ensino de língua espanhola”. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1987b, grifos nossos) e que “No primeiro ano de funcionamento, o Centro proporcionará, **preferencialmente**, o ensino de língua espanhola”. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1988, grifos nossos). Para uma análise mais aprofundada da materialidade discursiva desses documentos, cf. Victuri (2017).

<sup>10</sup> Importante observarmos que nesse decreto, que legisla sobre a dimensão extracurricular, ressoam formas de dizer da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, cujas determinações não estavam sendo seguidas – como já antecipamos – no plano do currículo regular. O fragmento que sublinhamos no artigo 2 do texto do decreto (“de livre escolha da clientela escolar”) remete ao que na LDB se designava como “comunidade escolar”, reformulação que marca um deslocamento significativo na linha da privatização da educação que atravessa o processo que abordamos. (Cf. § 5º do Artigo 26º e inciso III do Artigo 36º, BRASIL, 1996).

<sup>11</sup> Esse singular do sintagma “língua estrangeira moderna” responderia, assim, por força da determinação das condições nas quais o texto jurídico foi produzido, não a um genérico, mas à imposição de uma língua específica: o inglês.

Pensando ainda na materialidade discursiva do Decreto de 2009 – que dispõe acerca dos CELs – outra questão para a qual devemos atentar-nos é o que fica previsto no seguinte artigo:

Artigo 5º - Esgotada a capacidade dos Centros de Estudos de Línguas - CELs de atender à demanda de alunos interessados na aprendizagem de uma língua estrangeira moderna opcional, **a Secretaria da Educação poderá contar com instituições públicas e privadas que tenham por finalidade o ensino de idiomas, devidamente credenciadas para esse fim**, observadas as disposições legais pertinentes. (ESTADO DE SÃO PAULO, 2009, grifos nossos).



Depreende-se da leitura desse fragmento que, além da transferência das disciplinas do currículo regular aos CELs – portanto, ao nível extracurricular – opera aí uma segunda transferência, essa, por sua vez, dos CELs para as instituições privadas. Apropriamo-nos, nesse sentido, das palavras de Fanjul, quem interpreta que esse decreto “abre a possibilidade de que as aulas de línguas estrangeiras modernas sejam terceirizadas, passando a ser ministradas por instituições alheias ao sistema público de educação” (2010: 194).

Neste ponto, é preciso afirmar que a série de considerações realizadas dá visibilidade para a riqueza da proposta plurilíngue dos CELs e, de fato, trinta anos após a sua criação, são mais de duzentas unidades que “disponibilizam cursos de inglês, espanhol, francês, alemão, italiano e japonês, conforme a demanda de cada região”<sup>12</sup>. No entanto, também tornam visível o fato de que o “êxito”<sup>13</sup> alcançado por esses centros aconteceu a custo de extracurricularizar as línguas estrangeiras na rede estadual de ensino e de consolidar o monolinguismo do inglês na grade curricular.

---

<sup>12</sup> Esses dados também estão disponíveis em: <http://www.educacao.sp.gov.br/centro-estudo-linguas/>. Acesso em: 18 de jan. 2016.

<sup>13</sup> Recuperamos o termo de um dos documentos que analisamos em nossa dissertação, a Resolução nº 44/2014. Disponível em: <http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=201408130044>. Acesso em: 9 de jun. 2018.

A série de aspectos tão bem apresentados por Natália entram em clara relação com o que Rodrigues (2012) denomina *processo de desoficialização* das línguas estrangeiras na escola – que se iniciou com a primeira LDB, a de 1961 – e que se expressa fundamentalmente mediante a extracurricularização de tais disciplinas e, também, mediante a terceirização do espaço extracurricular. Ambos fatos implicam, claramente, na “**desobrigação por parte do Estado** com relação a esse ensino” – termo chave (o sublinhado) na formulação elaborada por Rodrigues.

Nesse contexto, “fica” uma língua por efeito de que esse processo foi instaurando uma assimetria: de um lado o *inglês* e, do outro, as demais línguas estrangeiras numa relação claramente desigual<sup>14</sup>. Assim, poderíamos pensar que o “êxito” dos Centros de Línguas – cuja existência defendemos desde que respondam a certos princípios, inclusive o de manter a memória com que foram criados (de valorização do plurilinguismo) e desde que respondam também às condições apresentadas pela APEESP nesta Audiência – é o sintoma que nos leva a dar visibilidade ao outro gume da faca: o apagamento das línguas estrangeiras na grade curricular e sua decorrente falta – “falta” que fazem.

A Lei 13.415/2017 materializa a culminação desse processo, tal como podemos observar em sua textualidade:

Artigo 5º: [...] no currículo do ensino fundamental, a partir do sexto ano, será ofertada a língua inglesa;  
Artigo 35-A [...] §4º: [...] os currículos do ensino médio, incluirão, obrigatoriamente, **o estudo da língua inglesa** e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol. (BRASIL, 2017, grifos nossos).

Por primeira vez desde a LDB de 1961 a língua estrangeira obrigatória aparece especificada (“o estudo da língua inglesa”), por isso, parece-nos importante fortalecer os Centros de Línguas do Estado de São Paulo, porém, não sem também defender uma política que garanta que haja pelo menos mais de uma língua no currículo regular – considerando que o inglês já está instalado,

---

<sup>14</sup> Cf. Celada & De Nardi, 2017.

inclusive, pelo que vimos na legislação do Estado de São Paulo. Nesse sentido, consideramos necessário sublinhar que, nas determinações registradas no arquivo dos decretos emitidos pela ALESP e das resoluções da SEE-SP, essas instâncias premeditadamente fecharam-se a uma língua (na verdade, **à língua**: o inglês) – antes mesmo da sanção da Lei 13.415/2017 conhecida como a Lei da Reforma do Ensino Médio e, portanto, a contramão da LDB de 1996. E, além disso, fizeram o mínimo com relação ao previsto pela Lei 11.161/2005<sup>15</sup>, hoje já revogada.

Esse fato, que implica na instauração do monolinguismo, vai na direção contrária de tudo o que, em teoria, podíamos esperar do Estado mais rico do Brasil, com o cosmopolitismo que o caracteriza, estando atravessado por expressivos e diversos movimentos migratórios e caracterizado por uma intensa atividade comercial e econômica. De fato, São Paulo poderia ter liderado iniciativas no contexto não apenas nacional mas inclusive regional; sobretudo, se à série de aspectos mencionados acrescentássemos que conta com três universidades públicas estaduais e duas federais. Em todas elas, são desenvolvidas pesquisas e reflexões de ponta na área de línguas<sup>16</sup>.

Neste ponto, consideramos necessário submeter a reivindicação a favor das línguas no currículo regular e nos Centros de Estudos de Línguas já registrada neste item a determinadas inflexões. A primeira delas se relaciona com a forma como se dá continuidade ao processo que faz do inglês “**a língua**”, ou seja, a única a ser ensinada nas escolas. Sabemos que o inglês possui seu lugar e o que nos parece relevante observar é o fato de que não é necessário que nos vinculemos a ele numa **relação de subalternidade**, desvalorizando, no caso, as línguas do espaço sul-americano e não trabalhando a favor de que estas sejam inseridas em diferentes práticas, como acontece claramente nas políticas de ensino superior e de produção de conhecimento nas quais se

---

<sup>15</sup> Para uma análise pormenorizada, cf. o capítulo 2 de Victuri (2017).

<sup>16</sup> No âmbito das línguas, um dos antecedentes mais claros que mostra que esse Estado não respeita suas universidades foi o anúncio da assinatura do convênio SEE-SP, o Banco de Santander/Portal Universia e o Instituto Cervantes, para o projeto OYE, que promoveria a formação e capacitação de professores já vinculados à rede do Estado para ministrarem aulas de espanhol – trabalho que no Brasil corresponde às universidades. Para uma análise desse fato, cf. Fanjul (2010).

favorece que a ciência seja feita em inglês e circule privilegiadamente nessa língua.

Nesse sentido, devemos ainda observar algo: qual inglês se ensina na escola? Para nos referirmos a isto de maneira sucinta, poderíamos afirmar que se trata de um *basic english*, despojado das memórias de seus povos e de suas culturas, e instrumentalizado para uma comunicação básica<sup>17</sup>. Lembremos o que aconteceu há pouco tempo atrás com o programa “Ciência sem Fronteiras”, do Governo Federal: foram enviados estudantes para fazer intercâmbio em universidades no exterior que não conseguiam acompanhar as aulas ou ainda fazer trabalhos em inglês, sendo que essa língua é “a que está na escola”; acontece que – como já dissemos – regularmente é ensinada numa relação marcada por uma postura de **subalternidade** e não de apropriação – apropriação esta que deveria se somar à aprendizagem de outras línguas (sem deixar de lado as que estão presentes no âmbito regional) e ao fortalecimento do português brasileiro em diversas práticas discursivas.

A segunda inflexão que queremos introduzir entra em relação como uma afirmação central a respeito do Ensino Médio: que seja defendido como espaço formador de **sujeitos críticos** evitando a divisão que, sem dúvida, a Lei 13.415/2017 provocará: de um lado uma massa – a maioria da população – a ser profissionalizada (aprendendo apenas matemática, português e inglês) e, do outro, uma elite que é preparada para ingressar na Universidade<sup>18</sup>. De fato, pensamos que é preciso legitimar a insubordinação e a resistência a essa lei federal, defendendo a ideia de que formar sujeitos críticos – quase um chavão que, com frequência, circula esvaziado de sentido – implica, como podemos dizer a partir da reflexão de Orlandi (2012), dar a eles o sustento que permita que sejam capazes de desconstruir aquilo que se apresenta, por efeito da ideologia, como “natural”, e que possam destrinchar e enxergar o processo que faz com que determinado sentido “x” se apresente em sua evidência e em sua naturalidade.

---

<sup>17</sup> Cf. Sousa (2007).

<sup>18</sup> Cf. Celada & De Nardi, 2017.

Em terceiro lugar, observamos a necessidade de pensar no lugar das línguas estrangeiras na escola, no seu estatuto e no papel que desempenham na formação; nesse sentido, nos perguntamos quais são as representações – para além daquelas que ideologicamente respondem à necessidade de se render aos interesses neoliberais e de subordinar à injunção imposta pela força bruta do capital – que os dirigentes do governo do Estado têm dessas línguas. Algo é seguro, que eles não sabem tudo isto que nós, sim, sabemos:

a) que hoje as línguas não se vinculam exclusivamente ao conhecimento de uma cultura pensada como “geral” e/ou ao acesso à literatura, saberes que – pelo pouco interesse pragmático que representam – são vistos como prescindíveis pois o que importa é fabricar uma grande massa de indivíduos para o mundo do trabalho.

b) que as línguas representam verdadeiros dispositivos de saberes linguísticos, discursivos e culturais que colocam o aprendiz em confronto com o estranho, o diferente e com modos de dizer que não coincidem com o que, na sua língua materna, se apresenta como “natural”.

c) que nesses saberes ressoam transversalmente os abordados nas disciplinas de História, Geografia, Língua Portuguesa, Filosofia e que é necessário manter uma diferença entre como se ensina nas escolas e nas escolas de línguas.

d) que as Universidades Públicas produziram e continuam produzindo muito conhecimento e que estão preparadas para o diálogo, para apoiar e, inclusive, para aprender com as escolas.

e) que os docentes formados são capazes de elaborar uma coleção de “Componentes Curriculares em Diálogos Interculturais e a Caminho da Autoria” como o que foi produzido em nos últimos anos pelos professores da Rede Municipal, uma verdadeira referência para pensar a escola nesses dias.

Essas razões, que provavelmente são as dos que aqui estamos presentes, não fazem sentido<sup>19</sup> para a os referidos dirigentes, pois estes não têm disposição nem disponibilidade para escutá-las e, muito menos, para acolhê-las, mesmo que seja no debate. Sem dúvida, tais razões – dentre outras –

---

<sup>19</sup> Cf. Orlandi (2012).

representam a todos os que são capazes de compreender a seguinte frase de Paulo Freire: “Educar é **impregnar de sentido o que fazemos a cada instante**”. Esta nos permite afirmar que, pela educação, podemos trabalhar a favor de que esse fazer – no trabalho, no estudo, na provocação, na reação ou na resistência – se ligue ao “ser”, à experiência e, especificamente, se vincule à possibilidade de que cada sujeito “conheça e reconheça” seu lugar numa sociedade dividida e desigual como a que vivemos, com a especificidade com a qual isso ressoa na memória de grande parte dos brasileiros.

Este é nosso desejo: que cada sujeito seja capturado pela necessidade e a **vocação de querer saber** e que os percursos educativos sejam marcados pelo **poder saber**.

### Referências Bibliográficas

CELADA, M. T. & DE NARDI, F. S. *La invisibilidad de las lenguas extranjeras. Políticas públicas en Brasil*. Trabalho apresentação no XVIII Congreso Internacional ALFAL. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2017.

FANJUL, A. P. São Paulo: o pior de todos. Quem ganha e o que se perde com a (não) introdução do espanhol na escola pública paulista. In: CELADA, M. T., FANJUL, A. & NOTHSTEIN, S. (orgs.). *Lenguas en un espacio de integración*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2010, p. 185-207.

GONZÁLEZ, M. M. *O papel das associações de professores de espanhol no contexto atual*. Comunicação apresentada no Simpósio comemorativo dos 25 anos da APEESP: ensino de espanhol e formação para a cidadania. São Paulo: USP, 2008. Cópia mimeo.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Educação em direitos humanos: um discurso. \_\_\_\_\_. *Discurso em análise*. Sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012, p. 151-168.

RODRIGUES, F. C. *Língua viva, letra morta: obrigatoriedade e ensino do espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2012.

SOUSA, G. N. *Entre línguas de negócio e de cultura. Sentidos que permeiam a relação do brasileiro com a língua inglesa e a espanhola*. Dissertação

(Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VICTURI, N. S. *Língua Estrangeira e memória. Ao redor da Lei do Espanhol e de sua implantação no Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Arquivo jurídico e exterioridade. A construção do corpus discursivo e sua descrição/interpretação. In: GUIMARÃES, E. & DE PAULA, M. R. B. (orgs). *Sentido e Memória*. Campinas: Ponte, 2005, p. 93 – 115.

### Documentos citados

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm), consulta em: 13/03/2016.

\_\_\_\_\_. *Lei 11.161*, de 05 de agosto de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm), consulta em: 13/01/2016.

\_\_\_\_\_. *Lei 13.415*, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm), consulta em: 15/07/2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. *Proposta Curricular. Língua Estrangeira Moderna: Inglês – Ensino Fundamental, 6ª versão*. São Paulo, Secretaria da Educação/CENP, [1986] 1997.

\_\_\_\_\_. *Proposta Curricular. Língua Estrangeira Moderna: Inglês – 2º grau, 3ª versão*. São Paulo, Secretaria da Educação/CENP, [1986] 1992.

\_\_\_\_\_. *Decreto 27.270*, de 10 de agosto de 1987. São Paulo: Assembleia Legislativa, 1987. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1987/decreto-27270-10.08.1987.html>, consulta em: 27/08/2017.

\_\_\_\_\_. *Resolução SE 271*, de 20 de novembro de 1987. São Paulo: Secretaria da Educação, 1987b.

\_\_\_\_\_. *Resolução SE 193*, de 18 de agosto de 1988. São Paulo: Secretaria da Educação, 1988.



\_\_\_\_\_. *Decreto 54.758*, de 10 de setembro de 2009. São Paulo: Assembleia Legislativa, 2009. Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2009/decreto-54758-10.09.2009.html>, consulta em: 27/08/2017.

\_\_\_\_\_. *Resolução SE 5*, de 14 de janeiro de 2010. São Paulo: Secretaria da Educação, 2010. Disponível em:

[http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/05\\_10.HTM?Time=25/04/2015%2021:04:10](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/05_10.HTM?Time=25/04/2015%2021:04:10), consulta em: 25/04/2017.

\_\_\_\_\_. Currículo do Estado de São Paulo. Linguagens, códigos e suas tecnologias. 2ª ed. São Paulo: Secretaria da Educação, [2007] 2012.

## A história e a cultura latino-americana nas aulas de espanhol

Adriana de Carvalho Alves Braga<sup>1</sup>  
Camila de Lima Gervaz<sup>2</sup>

Contexto de Ensino:	Material inicialmente produzido para atividades de formação continuada de professores atuantes em aulas de Espanhol, mas passível de adaptação para outros públicos de acordo com o domínio dos temas por parte do/a regente.
Objetivos:	Oportunizar a reflexão sobre a construção identitária dos povos latino-americanos através de referenciais étnicos; Abordar aspectos da produção material (objetos) e simbólica (língua) como patrimônios culturais que remontam a uma história originária do continente; Valorizar e explorar a produção material e linguística em seu potencial de mediação de aprendizagens.
Conteúdos:	A diversidade linguística relacionada à diversidade cultural. A formação de um repertório que permita compreender como o léxico nos mostra as relações entre as línguas e como isso remete à diversidade.
Recursos:	Objetos variados de diferentes regiões da América Latina; adornos, livros, fotografias, alimentos (quinoa, folha de coca, batata), tecidos (aguayo), jogos, brinquedos, mapas, bonecas, bandeiras, símbolos religiosos (imagens), estatuetas, canecas, discos e etc, de acordo com a disponibilidade de acervo do regente e em uma quantidade suficiente para todos os participantes. Uma adaptação possível é trabalhar com figuras impressas.
Duração:	Essa proposta pode variar entre 1h30 e 2h, dependendo da quantidade de pessoas envolvidas e as mediações realizadas pela/o regente, que poderá aprofundar algumas questões.

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM/USP. Licenciada em História e Pedagogia.

<sup>2</sup> Mestranda em Letras pelo Programa de Pós Graduação em Língua Espanhola, Literaturas Espanhola e Hispano-americanas da Universidade de São Paulo. Bacharela e Licenciada em Letras com Habilitações em Língua Espanhola e Língua Portuguesa.

## Descrição

I - O preparo do ambiente da aula é a etapa anterior a realização da mesma e os objetos devem ser disponibilizados no chão ou em algum suporte, de modo que possam ser visualizados por todos os participantes e o formato circular das cadeiras será mais propício à discussão.

II – O/A regente inicia a atividade informando que todos os objetos compõem o patrimônio cultural da América Latina, explicitando que a mesma é uma territorialização ampla, que abrange desde o atual México até o sul do Chile e Argentina. Nessa etapa deverão ser informados aspectos relevantes: diversidade dos povos indígenas e suas línguas, variações linguísticas entre os países que falam espanhol, entre outras coisas, de acordo com o domínio conceitual e interesse do público participante.

III - Os participantes são estimulados a observar os objetos e selecionar um deles, de acordo com sua afinidade. Essa etapa ficará mais estimulante se utilizada alguma canção, para que as memórias sejam guiadas pela sonoridade.

IV – Os participantes apresentam a si e ao objeto, descrevendo-o e anunciando sua concepção sobre o que é a América Latina a partir desse objeto. Nessa etapa, a/o regente pode destacar diferentes questões. No caso de uma formação docente, é possível a discussão sobre quais objetos cada educador (a) pode levar para sua sala de aula para que seu alunado possa produzir identificações com os temas que estão trabalhando. Por exemplo, como posso levar diferentes comidas – como a *tortilla* mexicana, as *arepas*, a tapioca – para discutir os hábitos alimentares, questões relacionadas à produção de alimentos, ou, como posso levar diferentes produções artesanais como peças em cerâmica ou outro material que representem a vida cotidiana, os hábitos compartilhados, as diferenças e semelhanças no dia a dia do povo, ou seja, buscar e propiciar espaço de aproximação e reconhecimento do *eu* naquele que é o *outro*. Outra possibilidade é o trabalho na aula de língua espanhola com os nomes dos objetos apresentados, como forma de produzir identificações e permitir a compreensão das relações que se estabelecem entre as línguas, e, como muitas vezes desconhecemos essa multiplicidade de vozes que estão ali presentes. Um exemplo é o fruto abacate. É possível discutir com o grupo os diferentes nomes

dessa fruta: *aguacate* e *palta*, por exemplo, tratando de mostrar ao grupo que em ambos os casos são nomes dados em línguas indígenas; náhuatl no primeiro caso e quéchua no segundo. É possível uma discussão sobre a situação atual das populações indígenas mediante um trabalho com essas marcas deixadas no idioma que não se limitam a isso, que são parte de nossa cultura, de nossos hábitos, de nosso cotidiano, mas que muitas vezes está silenciado, invisibilizado ou adormecido, esperando o momento de despertar.

## Reflexão

Esta proposta didática surge do diálogo entre formas de ser e estar, bem como de recortar e compreender o mundo. Fruto do encontro entre duas pesquisadoras e professoras que se preocupam e ocupam do tema da América Latina e a necessidade de se estabelecer pontes que permitam que nossas e nossos estudantes se vejam como parte integrante e, mas que mais do que isso, que possam compreender o que nos une enquanto latino-americana/os e como podemos pensar junta/os questões que nos envolvem e com as quais nos confrontamos diariamente.

A aula de língua espanhola, assim como qualquer outra matéria escolar (ou não), poderia e deveria ser um espaço privilegiado para essa construção de pontes que nos permitam – especialmente a nós brasileiras e brasileiros – ver como nossa escolarização muitas vezes não nos leva à uma percepção como latino-americanos. Longe de discutir como esses efeitos de sentido – essa falta de identificação com a América Latina – são construídos ou (re)produzem sentidos, a nossa proposta é a de mostrar como o espaço da aula dessa língua, que é *singularmente estrangeira para o brasileiro*<sup>3</sup>, pode se mostrar como um espaço fértil e também como um espaço de diálogo com outras disciplinas.

Essa proposta surge do convívio entre História e Letras, mas muito mais do que isso, da experiência em sala de aula, da *compertência* ou o compartilhar experiências (e resistências) nas aulas de Língua espanhola e de História e na

---

<sup>3</sup> Em seus trabalhos, Celada (2002, 2008 e 2009 por exemplo) discute as representações do idioma espanhol para o brasileiro, os imaginários que atravessam a relação que a/o aprendiz estabelece com esse idioma.

formação docente, do trabalho com as educadoras e educadores que também querem ou já estão produzindo reflexões sobre a América Latina, sobre o nosso lugar – aquele que já ocupamos e o que queremos ocupar – junto às e aos estudantes. Para além do imaginário de América Latina enquanto conjunto de países que têm idiomas de origem latina, a proposta é a de que possamos aproximar nossas/os estudantes da diversidade constitutiva desse nosso continente.

A ideia da proposta é a de que a/o docente possa se apropriar daquilo que apresentamos e adaptar à sua realidade, a seu contexto escolar, ao seu curso e programa. Mais do que uma sequência didática, essa proposta é um propulsor, algo que esperamos que faça florescer ideias de como trabalhar com alguns dos temas aqui elencados. Apresentamos aqui o nosso recorte, a nossa experiência, que esteve relacionada ao trabalho com a formação docente, mas sabemos que se trata de um olhar, um enfoque a passível de ser adotado em qualquer matéria escolar ou formação, bastando para isso o desejo da/o regente e as possibilidades que seu espaço oferecem.

O fio condutor desta proposta didática é a presença cada vez mais marcante das comunidades latino-americanas em algumas regiões da cidade de São Paulo e o notório processo de deslocamento da região central para as zonas periféricas. Esse fenômeno tem colocado em xeque diversas visões do senso comum, pois a proximidade física com estes sujeitos mobiliza não apenas os estereótipos e generalizações, mas pode proporcionar a capacidade de problematização do próprio conceito de identidade. Os pesquisadores de imigração têm se dedicado a investigar os fenômenos sociais causados pelos fluxos migratórios contemporâneos e, a esse respeito, Lucena (2013) discute a interface entre a identidade étnica, o deslocamento e a cidadania e, para a pesquisadora “os novos deslocamentos de grupos humanos por meio de novas identidades e de novas propostas de vida estimuladas pelo contexto atual global ampliam as trocas culturais, e ao mesmo tempo, ampliam os conflitos baseados na interculturalidade” (Lucena, 2013, p. 11).

O que a autora denomina como ‘conflito intercultural’ é o que pretendemos problematizar e discutir através da proposta didática. Ao propor

a classificação do outro – o imigrante, o latino-americano, o indígena - o estudante está mobilizando um referencial representativo, baseado nas representações por ele construídas. Temas como Etnicidade, cidadania e direitos sociais, identidade e globalização são relevantes para levar a cabo essa proposta, o que poderá desencadear novas construções simbólicas.

Do ponto de vista das comunidades que acolhem as populações imigrantes, o traço mais representativo é o fenótipo e, nesse aspecto, cabe lembrar que os novos fluxos migratórios são compostos majoritariamente por bolivianos, paraguaios, peruanos, argentinos e chilenos. Tratar dessa diversidade nas aulas de Língua Espanhola poderá colaborar para a compreensão dos processos históricos e sociais da América Latina que se faz presente na cidade de São Paulo através dos processos migratórios. As características físicas se assemelham ao que o brasileiro convencionou chamar de indígenas e existe, por parte das e dos estudantes (e até mesmo educadores) uma curiosidade – ou até mesmo necessidade- em classificá-los como tal.

Para construir respostas a indagação sobre a inter-relação entre culturas latino-americanas e ancestralidade indígena, cabe investigar qual a percepção de indígena consolidada no imaginário da população brasileira, e quais fatores mobilizam essa representação. O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, em sua provocativa entrevista “No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é” problematiza esse imaginário e essa definição, apontando a aderência a um conjunto de conteúdos culturais da vida de um coletivo como sendo um dos elementos centrais para essa compreensão- de quem é indígena. Ele utiliza o termo fundo cultural – por ele definido como uma forma, uma estrutura ou conjunto de estruturas conceituais que remontam à América pré-colombiana – para delimitar essa relação de pertencimento étnico e, conclui que “esse fundo cultural é um dos elementos da história do país, do continente, das três Américas. Os coletivos humanos contemporâneos espalhados pelo nosso continente se orientam de modos variados em relação a esse fundo” (Viveiros de Castro, 2006).

Ao tratar dos laços existentes entre as populações indígenas contemporâneas e seus ancestrais, o antropólogo delimita três dimensões

histórias: a continuidade referente a localização territorial (problemática das terras); discurso positivo em relação a ancestralidade ameríndia (defesa da ancestralidade) e; decisão da comunidade em se constituir como entidade socialmente diferenciada dentro da comunhão nacional (autonomia). A partir dessas dimensões, podemos localizar as demandas das populações indígenas por reconhecimento e, nesse aspecto, é possível começar a delimitar as estratégias para discutir sobre as identidades indígenas junto aos estudantes. A questão da terra, da ancestralidade e da autonomia são demandas contemporâneas das mais diversas populações indígenas entranhadas nas Américas e apresentar essa discussão, tendo como objetivo refletir sobre as lutas indígenas por reconhecimento na América Latina, poderá aportar contribuir para a aquisição de referenciais – outras representações - ao grupo envolvido no trabalho proposto.

É preciso resgatar o papel da escola na construção das representações, pois é através do currículo escolar que, de alguma maneira, o mundo é sistematizado. É importante compreender as relações entre os projetos políticos e a instrução escolar e, nesse sentido, André Chervel, fornece contribuições para alargar essa percepção ao identificar que a escola às finalidades de um modelo de sociedade. Para ele “a instituição escolar é, em cada época, tributária de um complexo de objetivos que se entrelaçam e se combinam numa delicada arquitetura da qual alguns tentaram fazer um modelo” (Chervel, 1990, p. 188).

Tratar do tema de uma América Latina indígena atenderia, inicialmente, a duas necessidades, sendo a primeira o estudo da diversidade das populações indígenas no continente e a segunda, a aproximação dos estudantes e comunidade escolar ao conceito de América Latina, sendo essa uma ferramenta de reflexão para as nossas múltiplas orientações identitárias. Secundariamente, poderemos elencar a compreensão dos fluxos migratórios contemporâneos e o acesso a direitos e a cidadania por parte dos cidadãos imigrantes. Gostaríamos, conceitualmente, de abdicar da referência à integração latino-americana, como ação, e refletir de modo bem mais aprofundado sobre o distanciamento do Brasil em relação aos demais povos que compõem o continente. O caminho que pretendemos seguir será a reconstrução de percursos, a partir de uma

perspectiva originária. Bem mais efeito trará uma abordagem que saliente o passado comum, a partir das culturas dos povos originários, que a tentativa de se “reatar” com a história.

Temos que falar de América Latina na escola. O estudante brasileiro não conclui seus estudos de posse dos conhecimentos necessários para compreender os processos sociais, culturais e políticos que deram origem ao que convencionamos chamar de América Latina, tampouco é capaz de relacionar o Brasil a esse conjunto de culturas que povoam o continente.

Ao analisar as concepções que regeram o ensino de História da América nos programas e manuais escolares, Circe Bittencourt identifica, em diferentes períodos da História da Educação Brasileira, tendências de incorporação desse conhecimento ao currículo escolar: apêndice da História Universal, teorias de dependência (a partir da dicotomia países desenvolvidos X países subdesenvolvidos – tendo os EUA como referência) e História da América como conjunto de temas que remetem a constituição de identidades múltiplas. Para a autora, essas perspectivas apontam para diferentes intencionalidades, estas vinculadas obviamente, ao projeto de nação que se buscava consolidar. Considerando os currículos como um campo profícuo para a pesquisa, a autora aponta algumas indagações no que se refere ao espaço dedicado ao estudo de História da América - e, conseqüentemente, da produção cultural latino-americana - e conclui que as problemáticas permanecem mas referem-se “à efetiva inserção dos conteúdos de história americana no cotidiano escolar” (Bittencourt, 2005, p. 14)

Considerando as especificidades do trabalho em História e Cultura da América junto aos estudantes e a emergência social de discutir os fluxos migratórios contemporâneos, consideramos relevante articular esses dois eixos, articulando a proposta à discussão étnica. Nesse sentido, os aportes da Cultura Material poderão subsidiar a construção conceituais dessa ação, uma vez que a identidade indígena será discutida em algumas nuances, contudo, a estrutura metodológica se consolida a partir do aporte da Cultura, mais especificamente da Literatura e das Artes Plásticas.



## Referências bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história da América: reflexões sobre problemas de identidades*. Revista Eletrônica da Anphlac, número 4, 2005.

CELADA, María Teresa. *O que quer, o que pode uma língua - Língua estrangeira, memória discursiva, subjetividade*. Letras (UFSM), v. 37, p. 37-56, 2009.

\_\_\_\_\_. *O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira*. 2002. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Estadual de Campinas.

CELADA, María Teresa; GONZÁLEZ, Neide Maia (orgs.) “*Gestos trazan distinciones entre la lengua española y el portugués brasileño*”, SIGNOS ELE, dezembro 2008. <http://www.salvador.edu.ar/signosele/>

LUCENA, Célia Toledo. *Fluxos migratórios de latino-americanos: cidadania transnacional*. Revista Ambivalências. Volume I, Nº 2. P. 05-28, jul-dez/2013.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é. Povos indígenas no Brasil*. Agosto de 2006. [www.pib.socioambiental.org](http://www.pib.socioambiental.org)

## Palabra, imagen y sonido: una propuesta para la clase de E/LE<sup>1</sup>

Graciela Foglia<sup>2</sup>

Contexto de Enseñanza	Cursos regulares de nivel medio, superior, extracurriculares y escuelas libres de enseñanza de lenguas extranjeras. Conocimiento intermedio de lengua.
Objetivos	<p><b>Objetivos generales:</b> a partir del visionado de <i>Bombón. El perro</i> de Carlos Sorín, (Argentina, 2004), hablar sobre amistad y solidaridad en tiempos adversos y sobre la importancia de tener en cuenta, en una película, aspectos formales tales como códigos visuales, sonoros, etc. para una comprensión más completa de los sentidos de la obra.</p> <p><b>Objetivos específicos:</b> hablar de sentimientos y sensaciones; describir y argumentar; trabajar el género sinopsis; reconocer diferentes acentos y pronunciaciones; desarrollar la expresión oral y escrita, así como la comprensión auditiva y lectora.</p>
Contenidos	Léxico referido a sentimientos y sensaciones; paisajes y clima. Uso de condicional y presente; y de “me parece que”, “pienso que” (verbos de actitud). Distinguir pronunciaciones. Describir y argumentar. Género sinopsis.
Recursos	Si la película se pasa en clase, proyector y equipo de sonido adecuado.
Duración	Duración de la película: 1.35 hs Duración de la actividad: entre 50' y 100' dependiendo de la cantidad de tareas que se dejen para hacer en casa, la cantidad de estudiantes y el grado de participación de cada unx.

<sup>1</sup> Otra versión de esta propuesta puede encontrarse en PONTE, A.; FOGLIA, G (2013). La presente propuesta también es una adaptación de la discusión en un Taller para docentes organizado por la APEESP en octubre 2017.

<sup>2</sup> Doutora em Língua e Literatura Espanhola e Hispano-Americana. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade Federal de São Paulo (EFLCH-UNIFESP)

## Material para entregarles a los estudiantes

Las cuestiones 1 a 4 se pueden entregar en la clase anterior al día del visionado de la película, así, en el caso de que lxs estudiantes no tengan mascotas puedan averiguar entre amigxs, parientes o vecinxs sobre los sentimientos que les despiertan los animales domésticos.

27

1. ¿Tienes alguna mascota?
2. ¿Qué sentimientos te despierta: alegría, tranquilidad, seguridad, felicidad, ternura, amistad?
3. ¿Cómo sería tu día a día sin ella?
4. Escribe un pequeño texto (10 líneas) sobre tus sentimientos y qué pasaría si te faltara tu mascota.
5. Mira el siguiente fragmento de la película. A continuación, entre todxs
  - a) describan lo que pasa
  - b) observen los planos, expresiones y gestos y describan la música. A partir de esas observaciones, ¿cómo piensan que termina la secuencia? ¿y la película?



6. Mientras mires la película, préstale atención a:

- a. ¿Quiénes son los protagonistas principales? ¿Cómo se llaman?
  - b. ¿Cuántos años tiene el dueño del perro?
  - c. ¿Por qué le sobra tiempo? ¿Qué hace para sobrevivir?
  - d. ¿Dónde transcurre la historia?
  - e. ¿Cómo son los paisajes y el clima? ¿Qué sensación te dan?
  - f. Presta atención a la música, ¿anticipa el final del film?
7. Después de ver la película, responde las preguntas 6, a-e.
8. A continuación tenemos dos sinopsis de *Bombón. El perro*. Elige la que te parezca más adecuada y di por qué.

UN FILM DI CARLOS SORIN

## BOMBÓN EL PERRO



<https://www.imdb.com/title/tt0420548/>

En la Patagonia, un mecánico que sueña con una vida diferente comienza a pensar en grande después de que su perro adoptado gana el primer premio en una exposición canina local. (Traducido de IMDB)

Coco ha trabajado toda su vida en una estación de servicio, pero cuando ésta se vende, se queda sin trabajo. Desocupado y sin muchas expectativas, sobrevive intentando vender cuchillos artesanales que él mismo fabrica. Un excelente perro dogo de pura raza acabará convirtiéndose no sólo en su amigo, sino en la única esperanza de una vida mejor...

<https://www.filmaffinity.com/es/film871739.html> (18/05/2018)

9. Ahora escribe tu propia sinopsis.
10. Todos los protagonistas de la película son argentinos, sin embargo tienen acentos y pronunciaciones diferentes.
  - a. Di una palabra donde eso es muy evidente y comenta la escena en que esa palabra es usada.
  - b. ¿Por qué crees que los realizadores optaron por incluir personajes de diferentes lugares del país?
11. En una de las secuencias del film, a los protagonistas los contratan para cuidar un galpón de lana. Después de pasar una noche abandonan el lugar. ¿Por qué habrán tomado esa decisión?
12. El protagonista llama al perro *Le chien*. Sin embargo, en la secuencia en la que el animal se ha perdido y el dueño lo busca, este lo llama por su nombre, Bombón. ¿Por qué crees que se ha producido ese cambio?
13. Responde la cuestión 6.f.
14. ¿Recuerdas tu respuesta 5.b? ¿Acertaste o no? Reflexiona sobre los motivos para que se cumplieran o no tus predicciones (qué tuviste en cuenta para decidir cómo acabaría la secuencia y la película).
15. *Bombón. El perro* es una película que habla de solidaridad y de actos desinteresados. Entre todxs, discutan esa afirmación y luego escriban individualmente un texto corto en el que se justifiquen la propia opinión.

### **Descripción**

- Todas las preguntas (1-15) se pueden responder oralmente y después, si se lo considera necesario, por escrito.

### **Antes del visionado**

- Hacer preguntas de tipo general que acerquen al tema de la película (1 a 4).
- Visionado de un fragmento que prepara para los objetivos de la actividad. En este caso (5) el fragmento corresponde a la secuencia que está entre 26.20 y 28.35 minutos. Allí, un hombre (que todavía no sabemos que es el protagonista) llega de noche a su casa humilde, con un perro enorme. Mientras come, lo siente llorar y se da cuenta de que el animal también tiene hambre; entonces comparte

su comida. Este pasaje es importante pues contiene en escala pequeña el tema de la película: solidaridad y amistad. A la mañana siguiente, la hija del hombre le pide a gritos que se lleve al animal. La secuencia es entre triste y tensa, lo que se ve reflejado por el predominio de los primeros planos<sup>3</sup> de los personajes, que son los que sirven para acentuar las emociones. Pero al ser filmados en un leve contrapicado<sup>4</sup> (toma desde abajo) y la música ser ligera, entre cálida y divertida, anticipa un final tranquilizador.

### **Durante el visionado**

- Formular preguntas que ayuden a la comprensión general de la película y que serán respondidas después de haberla visto (6 a-f).

### **Después del visionado**

- Responder las cuestiones de comprensión general (6 a-e, dejar la respuesta f para más adelante, y 7) y proponer tareas que permitan consolidar dicha comprensión (8 y 9). En 6.e Se puede hacer notar que el paisaje podría ser cualquiera, pero el hecho de que sea desértico y frío refuerza el sentimiento de desolación y en consecuencia también la fuerza de la tesis del filme: la solidaridad es posible aún en las situaciones más adversas. Con las sinopsis, además de practicar la lectura y la escritura, se pretende que se tenga una visión sintética de la película.

- Hacer preguntas de comprensión específica. Aquí se proponen tres (10, 11 y 12) que, una vez más, refuerzan la tesis de la película: la posibilidad de la amistad, de la solidaridad, de la generosidad a pesar de las condiciones

---

<sup>3</sup> Según Casetti y di Chio (1991, p. 87-88), los planos pueden ser: Figura entera (F.E.): encuadre del personaje de los pies a la cabeza; *Plano americano* (P.A.): encuadre del personaje de las rodillas para arriba; *Media figura* (M.E): encuadre del personaje de la cintura para arriba; *Primer plano* (P.P.): encuadre cercano del personaje, concentrado sobre el *rostro*, con el contorno del cuello y de la espalda; *Primerísimo plano* (P.P.P.): encuadre muy cercano concentrado sobre la boca y los ojos; *Detalle* (Det.): acercamiento concreto a un objeto o un cuerpo.

<sup>4</sup> "... la decisión de filmar a una persona o un objeto en picado (toma desde arriba) o en contrapicado (toma desde abajo) determina directamente toda una serie de connotaciones: el encuadre desde abajo más o menos acentuado, puede contribuir a poner de relieve la majestuosidad de un personaje o su soberbia, según que la figura engrandecida manifieste sobre el espectador un "dominio" marcado positiva o negativamente..." (CASETTI; DI CHIO, 1991, p. 88).

precarias en las que se pueda vivir. La cuestión (10.a) permite comprobar que se ha percibido que hay diferencias lingüísticas: eso es muy evidente en la palabra "perro" dicha por la hija de Villegas cuando descubre al animal en el patio de la casa; en (10.b) una respuesta posible es que incluir personajes de diferentes lugares del país<sup>5</sup> puede interpretarse como un indicio de la "universalidad" de la situación, que a cualquiera, en cualquier lugar le puede pasar lo mismo. La secuencia de la película a la que se refiere la cuestión (11) está entre 29.15 y 33.30 minutos. La escena en la que Villegas abandona el galpón después de oír llorar a Galván da otro elemento más de caracterización del personaje y de su problemática: Villegas entiende a Galván y se identifica con su mala suerte. Para la cuestión (12) la secuencia empieza en 1.30.19; aquí, finalmente Villegas ve al perro como un amigo, con sus limitaciones y defectos.

- Así como la pregunta (10.b), las cuestiones (13) y (14) sirven para mostrar y reflexionar cuánto es importante prestar atención a otros aspectos diferentes del contenido en sí del objeto que se está discutiendo: en este caso, cada escena más o menos tensa es amenizada por el tipo de música, tranquila o alegre.
- Actividad de producción oral y escrita (15). Lo fundamental de la película es que Villegas vuelve a buscar al perro, a pesar de estar desempleado, con pocas posibilidades de volver a conseguir trabajo por su edad, viviendo en una región donde el trabajo es escaso y el perro no le sirve para ganar dinero y salir de esa situación.

## Reflexión

Esta actividad fue realizada en un taller para docentes de E/LE ofrecido por la APEESP en 2017. La idea principal era reflexionar sobre la importancia de abordar, en una película, además de aspectos del contenido, también algunos

---

<sup>5</sup> Dicen Casetti y di Chio (1991, p. 99-100) que entre los componentes sonoros de una película se encuentran las voces, los ruidos y los sonidos musicales. El primer código que rige la voz es el de la lengua del hablante. En principio, por ser una condición preliminar para la comprensión en general, este dato no suele tenerse en cuenta "salvo en el caso en el que un film juegue expresamente con el contraste entre lenguas, para señalar así las distintas nacionalidades de los protagonistas". En el caso de la película que nos ocupa, no indica diferentes nacionalidades, sino la procedencia de diferentes regiones del país, lo que además de representar una realidad de la región, ayuda a la verosimilitud de la obra.

de los formales, que ayudan a una aprehensión más completa de cualquier obra de arte, en este caso, el filme.

En el cine, los aspectos formales son muchos; entre otros, se pueden mencionar los códigos visuales (perspectiva, encuadre, iluminación, movilidad, etc.), los sonoros (voz, ruido, música; sonido *in, off, over*), los gráficos (subtítulos, títulos, textos), los sintácticos (montaje), etc. Aquí, como se trata de una propuesta didáctica para la clase de E/LE, elegimos para ilustrar uno de los códigos sonoros: la música (aunque muy de pasada, también nos referimos a los planos y al lenguaje). Se podría abordar cualquiera de los otros, pero el trabajo sería más demorado.

En esta propuesta didáctica se considera el “film como objeto de lenguaje, como lugar de representación, como momento de narración y como unidad comunicativa: en una palabra, [...] el film como texto” (CASSETTI; DI CHIO, 1991, p. 11). Por eso, la propuesta combina tareas que activan estrategias de lectura (SOLÉ, 1998) con otras que permiten producir e interpretar textos, ya sea el de la propia película como los de la interacción entre colegas.

Las actividades propuestas son para realizar en tres momentos: antes, durante y después del visionado. Se empieza con un bloque de 5 preguntas que pone en funcionamiento dos estrategias de lectura: por un lado, unas preguntas que les permiten a lxs estudiantes activar sus conocimientos previos en lo que se refiere al vocabulario sobre los afectos y a cómo expresarlos oralmente y por escrito; por otro, la estrategia de hacer predicciones a partir de la observación de aspectos formales de la película como son la música y los planos. La puesta en común de las respuestas a esas cuestiones les permite a lxs estudiantes un primer momento de interacción y producción oral.

Las cuestiones formuladas para prestar atención durante el visionado, así como las pensadas para después del mismo, incluyen cuestiones de comprensión general y específica del contenido de la película, otras centradas en aspectos formales y una que permite reflexionar sobre las estrategias utilizadas a la hora de hacer predicciones en las que, en este caso, si solo se tiene en cuenta la escena (palabras o gestos) y se desconsidera la música puede llevar a una predicción equivocada. Las actividades permiten el intercambio de



opiniones, la práctica de lectura, de producción escrita y de producción e interacción oral.

### **Bibliografía básica**

CASETTI, Francesco; DI CHIO, Federico (1991). *Cómo analizar un filme*. Barcelona: Paidós. Hay una versión disponible on-line.

PONTE, Andrea; FOGLIA, Graciela (2013). *Diversidad. Lengua y literatura*. São Paulo, Escala Educativa.

SOLÉ, Isabel (1998). *Estratégias de leitura*. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed.

### **Filmografía**

SORÍN, Carlos (2004). *Bombón. El perro*. Argentina y España: 95'.

## Lembranças de um associado inquieto...

Italo Oscar Riccardi León<sup>1</sup>

*Hay cosas que necesito decírmelas para comprenderlas mejor*

(Benjamín Subercaseaux)

34

### O primeiro contato com a APEESP

Em 1993, procurando algum espaço de interação ou de contato com a língua espanhola e seu ensino no Brasil, tive a oportunidade de conhecer a APEESP, associação que tinha sido fundada em dezembro de 1983. Na ocasião, se tratava de um evento realizado na Casa de Cultura Japonesa da USP. Lembro que, de maneira muito gentil, fui cumprimentado pela professora Gretel, quem, de forma muito atenciosa, me forneceu informações sobre o evento e disse que, se tivesse interesse, posteriormente poderia verificar a possibilidade de ficar sócio. Soube, depois, que a Gretel era a presidente da APEESP, daquele período.

A partir desse primeiro contato, muito interessado, comecei a participar, na medida do possível, dos encontros da APEESP e frequentar, também, suas reuniões considerando que, por aquela época, morava em Jacareí, interior de São Paulo, no Vale do Paraíba. Lembro que, em algumas ocasiões, recebi uma espécie de boletim impresso enviado pela APEESP, pelo correio convencional, com informações de diversas atividades, assim como de notícias de eventos, jornadas, congressos, publicações, cursos, oficinas, bolsas etc. Posteriormente, em 1995, comecei a ministrar aulas de língua espanhola e de literatura hispânica nos cursos de graduação da Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP, em São José dos Campos-SP, iniciando, assim, atividades profissionais como professor de espanhol, língua estrangeira, em contexto luso-brasileiro, graças à formação universitária que tinha recebido na área, em meu país de origem, o Chile, e tendo reconhecido antes os meus diplomas de forma oficial no Brasil.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor da Universidade Federal de Alfenas

Confesso que o contato e aproximação com a APEESP, assim como o seu acolhimento, foram significativos para minha vida pessoal e acadêmica enquanto um referencial de formação e de desenvolvimento na área, e mais ainda se considerarmos as relações estreitas mantidas pela APEESP com a FFLCH-USP, onde tive a oportunidade e o prazer de conhecer a professora Neide e o professor Mário González, entre tantos outros destacados docentes e pesquisadores, assim de outros colegas de outras universidades como a UNESP, UFF, UFRJ, UNICAMP, UFMG, só por mencionar outras instituições de ensino superior.

Lembro da oportunidade de convidar a Neide, quando ela esteve à frente da APEESP, para ministrar uma palestra na UNIVAP que abordou assuntos de linguística aplicada voltada ao ensino de línguas, espanhol. Foi uma oportunidade incrível também de divulgar a APEESP em São José dos Campos-SP e região. Particularmente, fiquei tão empolgado com a visão e/ou olhar para os fenômenos linguísticos de aquisição e de aprendizagem de língua estrangeira que, mais adiante, no segundo semestre de 1997, não pude resistir e pleiteie uma vaga como aluno especial na disciplina que ela ministrava na Pós-Graduação (FFLCH) intitulada de “Aquisição/Aprendizagem de Língua Estrangeira: Modelos Teóricos e Constatações Práticas”. A disciplina quando ofertada era disputadíssima, mas, na ocasião, conseguimos, uma vaga como aluno especial. Sem dúvida, uma oportunidade excelente que me permitiu, até agora, ampliar a percepção linguística e compreender uma série de fenômenos e conceitos sobre aquisição linguística, gramática, interlíngua, análise de erros,portunhol, uso da língua e relações comparativas do espanhol com o português etc., além de visitar as principais teorias linguísticas na compreensão ou abordagem do espanhol como língua estrangeira no Brasil. Estando na UNIVAP, promovemos de forma regional, em mais de uma oportunidade, as Jornadas Valeparaibanas de Enseñanza de Español como Lengua Extranjera.

### **A obtenção de uma bolsa em 1998**

No ano de 1998, sendo já um sócio ativo e pela APEESP, na gestão da professora Eliane Gonçalves, tive a oportunidade de concorrer e de ser

agraciado com uma bolsa de estudos integral para participar, durante o mês de julho desse mesmo ano, do *XI Curso para Profesores de Español en Brasil*, oferecido pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECI, realizado pela *Universidad de Salamanca* (USAL) na Espanha. Sem dúvida, foi uma experiência muito positiva e gratificante em minha formação acadêmica por tudo que, derivado dessa experiência, aconteceu: conhecer Península Ibérica, sua cultura, costumes e sabores; ter contato e interagir com colegas de outras universidades brasileiras de praticamente todo o Brasil, além dos que já conhecia na área e, assim, poder ampliar repertórios, interesses e referenciais de conteúdos teóricos e metodológicos, perfazendo uma carga horária de 130 horas letivas. Além do mais, gostando de cinema, em Salamanca, pude frequentar um Curso de *Cine Español* que aconteceu na cinemateca universitária, com a exibição de 8 filmes e seus correspondentes debates.

Dentre das diversas e gratificantes atividades desenvolvidas, houve, no ano de 1998, um feliz acontecimento: se comemorou, nem mais nem menos, o centenário de Federico Garcia Lorca. Numa das viagens às quais os bolsistas da USAL tinham direito, tive a oportunidade de visitar, em Madri, a exposição do centenário do poeta espanhol, que estava sendo realizada no Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofia, intitulada *Federico García Lorca (1898-1936)*. A exposição foi magnífica por tudo: pelas fotos, manuscritos, cartazes, livros, cartas, desenhos, pinturas, partituras musicais, adereços, vestuários das obras e outros muitos objetos que fizeram parte da vida e obra do poeta granadino. Até hoje, uma lembrança inesquecível!

### **Participação na APEESP e o logo atual da APEESP**

No *VII Encuentro de Profesores de Español del Estado de São Paulo* promovido pela APEESP, em 1998, na Faculdade de Educação da USP (FE/USP), comecei a desenvolver algumas oficinas e minicursos com propostas voltadas para o ensino de espanhol, informática educativa e, posteriormente, uso das novas tecnologias da informação e comunicação, Internet, e utilização da multimídia aplicada ao ensino de línguas estrangeiras. Assim como, também, no ano 2000, quando foi realizado o *VIII Encuentro de Profesores de Español del*

*Estado de São Paulo*, novamente nas instalações da FE/USP, faculdade onde fiz o Mestrado em Educação seguindo a linha de pesquisa em linguagem e educação.

No começo deste século, desempenhei uma exaustiva participação na APEESP, integrando comissões organizadoras, estando presente nas assembleias deliberativas e também participando de algumas de suas diretivas. Foram momentos inesquecíveis de muitos desafios, articulações, reuniões, reflexões, lutas, realização de eventos etc., dando continuidade, assim, aos diversos trabalhos promovidos pela APEESP, e seguindo seus objetivos em prol da difusão do espanhol.

Nessa época, houve, também, uma intensa participação nossa em vários Congressos e Encontros importantes que aconteceram, dos quais, pela sua importância, gostaria de mencionar ou relacionar, os seguintes:

- VII Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol, realizado na Faculdade de Letras da UFMG (1997).

- *VII Encuentro de Profesores de Español del Estado de São Paulo* promovido pela APEESP, na Faculdade de Educação da FEUSP (1998), na gestão da professora Eliane Gonçalves.

- *VIII Congreso Brasileño de Profesores de Español - “A las puertas del tercer milenio”*, realizado na Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, em Vitória (1999).

- I Congresso Brasileiro de Hispanistas - ABH, realizado na Universidade Federal Fluminense – UFF (2000).

- Encontro de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo, realizado no Memorial da América Latina (2001); na gestão da professora Heloisa Costa Milton;

- II Congresso Brasileiro de Hispanistas - ABH, realizado na Universidade de São Paulo - USP (2001).

- IX Encontro de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo promovido pela APEESP, realizado na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Assis, São Paulo (2002), na gestão da professora Heloisa Costa Milton.

- X Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol, realizado no CEFET, em Natal, Rio Grande do Norte (2003).

- *X Encuentro de Profesores de Español del Estado de São Paulo: Profesor + Acción → Profesionalización* (2004), realizado na Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, na gestão da professora Ana Carolina García Ferreiras.

- III Congresso Brasileiro de Hispanistas - ABH, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC (2004).

- Encontro "*Directrices y acciones: la obligatoriedad del español en Brasil*" promovido pela APEESP, realizado no Colégio Miguel de Cervantes de São Paulo (2005), na gestão da professora Egisvanda I. A. S. de Lima.

- *XI Congreso Brasileño de Profesores de Español*, cujo tema foi "Novas fronteiras do ensino do espanhol", realizado em 2005, no Bahia Othon Palace Hotel de Salvador-BA.

Lembro que foi na gestão da professora Ana Carolina García Ferreiras e na realização do Workshop: *Español para Brasileños: las trampas* (2003), que surgiu o logo que até agora é utilizado pela APEESP. Numa de nossas discussões internas, surgiu a necessidade de criar uma entidade visual colorida, simpática e que chamasse a atenção da APEESP... E foi aí, como se diz, após várias tentativas criativas, que surgiu esse logo utilizado até agora, ou seja, por volta já de quinze anos...

É ótimo pensar hoje que pudemos contribuir com esse aporte tão distinguido!

## Revisitando a APEESP (Gestão 2006-2008)

Marcos Maurício Alves da Silva

Estive como presidente da APEESP entre 2006 e 2008. Em outras ocasiões, chamamos esse período de “refundação”, pois tivemos ali muitas lutas para mudar uma forma de trabalho que parecia arraigada a estrutura das associações de professores de espanhol pelo Brasil. Tivemos claro algumas derrotas, mas muitas conquistas que, de alguma forma, ainda parecem continuar marcando as atuais atuações de diretorias de APES.

Já tivemos a oportunidade de explicar muito sobre esse período, primeiramente, em 2008, no “Simpósio comemorativo dos 25 anos da APEESP: ensino de espanhol e formação para a cidadania”<sup>1</sup> numa mesa na qual foi possível mostrar um balanço dos dois anos que estivemos a frente da APEESP. Depois no “II Simpósio da APEESP – 30 anos”<sup>2</sup> em 2013, no qual, em texto conjunto com outros ex-presidentes e colaboradores, foi possível contar como a APEESP mudou de 2006 até aquele momento.

Assim que, neste texto, mudo o foco, deixo a primeira pessoa plural (sempre fomos muitos em todas as lutas dentro da APEESP) para poder falar em primeira do singular e contar um pouco de minhas sensações ao entrar num mundo que pouco conhecia.

De uma forma ou de outra, participo de eventos da APEESP desde 1994. Nesse ano, eu consegui meu primeiro emprego na *Entreprise Idiomas*, empresa que, além de dar cursos de espanhol e outras línguas, era uma distribuidora de livros didáticos. Então com 16 anos, trabalhando como office-boy e vendendo livros em feiras comecei a ir a eventos da APEESP.

Saí da empresa em 1996, trabalhando não mais na distribuidora, mas sim na *Librería Española e Hispanoamerica*. Depois disso, entrei no curso de Letras

---

<sup>1</sup> Também acessível pelo link <https://espanholdobrasil.files.wordpress.com/2018/06/memorial-apeesp-2007-2009.pdf>

<sup>2</sup> Também acessível pelo link <https://espanholdobrasil.files.wordpress.com/2018/06/texto-ii-simposio.pdf>

da **Faculdade Ibero-Americana** e meu contato com a APEESP começou a ficar esparso (hoje consigo ver que talvez não tenha sido, necessariamente, eu que abandonei os eventos, parece que eles não atingiam os alunos de Letras e os professores).

Durante meus anos iniciais como professor de espanhol pouco sabia sobre a APEESP, só durante o mestrado, já dando aulas no *Español en el Campus* da USP e no **Centro de Línguas** da FFLCH voltei a ter contato um pouco maior com a associação, mas sem participar dos eventos, das assembleias, etc. Era um contato meramente auditivo. Eu ouvia coisas sobre a associação (nem sempre positivas) e só.

Em outubro de 2006, eu estava prestes a defender o mestrado. Nessa ocasião Andreia Menezes me chama para uma assembleia da APEESP na USP. Ela me conta que a situação não parecia nada boa, que a diretoria estava brigada e que a associação ia precisar de ajuda para poder entrar novamente nos eixos. Quando chegamos à assembleia descobrimos que a diretoria havia pedido renúncia e não havia como fazer uma assembleia nos moldes tradicionais. Por sorte um dos participantes era Mario González (nunca conheci ninguém que conhecesse mais de associações de professores, de trâmites burocráticos de assembleias, que ele) então montamos uma comissão, dividimos tarefas, marcamos outra assembleia na qual seria eleita uma nova diretoria e eu assumi fazer uma série de tarefas entre elas organizar o *mailing* da associação. Depois de conseguir a senha do *email* e abri-lo pela primeira vez descobri mais de 5000 mensagens não lidas, muito spam, propaganda, textos perdidos e outras coisas. Como organizar aquilo? Não sabia. O que fazer? Não sabia. Só sabia que tinha me metido numa enrascada, mas já que prometi ajudar, vamos lá, era tudo que pensava.

Conseguimos marcar a assembleia para um mês depois. No dia marcado (10 de novembro de 2006) cada um dos que estávamos na reunião anterior tinha suas tarefas prontas, cada um mostrando o que havia conseguido fazer naquele mês, que foi intenso e cheio de novidades. É chegada a hora de montar as chapas. Eu me prontifico a ajudar, como secretário, pois de alguma forma acreditava que poderia ajudar nesta função. Começam os embates de quem



participaria direta e indiretamente da diretoria. Depois de muita argumentação chega-se a conclusão que eu poderia assumir como presidente. Aceitei a proposta, mas deixando claro que aquela diretoria funcionaria como um regime parlamentarista e não como uma república presidencialista. O cargo estaria comigo, mas a responsabilidade seria de todos os envolvidos. Assim formamos a diretoria que tinha como função trazer de volta a associação para perto do professor.

A chapa foi formada por: Presidente: Marcos Maurício Alves da Silva; 1º. Vice-presidente: Ivan Rodrigues Martin; 2ª. Vice-presidente: Fátima Aparecida Teves Cabral Bruno; Secretária: Tatiana Francini Girão Barroso e Tesoureiro: David Aparecido de Melo.

Posso dizer que aprendi muito com todos os que participavam daquele momento de tantas lutas para os professores de espanhol (*proyecto ¡Oye!* querendo ser imposto a todo o país e tantos outros problemas que já explicamos nos textos dos dois primeiros Simpósios da APEESP).

Posso dizer que ser presidente da APEESP foi uma honra e lutar e prolar do benefício dos professores de espanhol um orgulho. Não participei diretamente de mais nenhuma diretoria desde o término do meu mandato, no entanto, continuo ajudando nas divulgações e nas lutas enfrentadas pelas APEs tanto no blog como na página do *Facebook* “Espanhol do Brasil”.

Durante os dois anos que estive a frente da APEESP tínhamos como marca terminar todos os nossos Boletins Mensais com a frase, “juntos, somos fortes”. Ajudem a manter uma APEESP sempre forte e combativa.

Juntos, somos fortes!

## **Criando em tempos de confronto: memórias da diretoria 2008-2010**

Adrián Pablo Fanjul<sup>1</sup>

Na assembleia que teve lugar logo depois do evento que comemorou os 25 anos da APEESP, no final de 2008, foi eleita a diretoria que integrei como vice-presidente junto com Gustavo Leme Cesário Garcia (presidente), Benivlado Araújo Jr. (1º secretário), Maria Sílvia Rodrigues Alves (2ª secretária) e David Melo (Tesoureiro). A diretoria anterior, presidida por Marcos Maurício Alves da Silva, tinha preparado as bases necessárias para agir, recuperando a independência da APEESP e redirecionando o relacionamento com os professores em função de prioridades político-linguísticas para um desenvolvimento autônomo do espanhol no Brasil.

Neste texto vamos nos referir a três aspectos que consideramos mais relevantes para esse período: nossa participação no grande movimento que se formou no país em função de uma implantação do espanhol na escola brasileira que contribuisse para o desenvolvimento nacional e a integração regional, a concepção e realização de um congresso internacional inovador e o enfrentamento contra tentativas privatistas e monoglóssicas que já apareciam no governo de São Paulo, e que antecipavam a orientação que tomaria conta do país poucos anos depois, com o golpe de Estado de 2016.

### **Uma reconfiguração no mapa do espanhol no Brasil**

Em agosto de 2009 abriu-se um estendido conflito no espaço do espanhol no Brasil quando o Ministério da Educação fez um acordo com o Instituto Cervantes. O entendimento entre as duas instituições apontava a que a disciplina de língua espanhola no ensino médio fosse oferecida mediante um pacote informático, também elaborado pelo IC.

A reação das associações de professores de vários estados, inclusive e APEESP deu início a um amplíssimo movimento de professores e pesquisadores no conjunto do país. Houve ações de envergadura, como semanas de discussão

---

<sup>1</sup> Professor Doutor da Universidade de São Paulo.

simultânea no país todo e um abaixo-assinado com centenas de assinaturas, do qual nossa diretoria fez a redação inicial, que logo foi aprovada pela APEERJ (ver, nas referências, APEESP e APEERJ, 2009). A mobilização no país todo deu lugar à formação da lista de discussão Eledobrasil e à COPESBRA (Comissão Permanente para o Acompanhamento da Implantação do Espanhol no Sistema Educativo Brasileiro), composta por representantes de departamentos de espanhol de universidades de catorze estados, de seis associações estaduais de professores de espanhol (incluindo a APEESP) e da Associação Brasileira de Hispanistas, e que conseguiu ser reconhecida como interlocutora, pelo Ministério da Educação, nas diferentes ações relacionadas à implantação escolar do espanhol.

Não existia nem existe ainda, no Brasil, uma associação nacional de professores de espanhol, e as associações dos estados estavam, de fato, politicamente divididas diante da disputa, porque várias delas tinham um estreito relacionamento com órgãos do governo espanhol que tinham colaborado com elas durante muitos anos. A influência da Embaixada da Espanha sobre as associações de alguns estados ainda era grande e remontava à década de 1980 (Vargens, 2012: 173). E, ainda nos primeiros anos do século XXI, era essa instituição que pagava a viagem e a estadia em luxuosos hotéis aos presidentes de associações que aceitavam essa ajuda. A Embaixada organizava uma reunião anual com todos eles, presidida pelo *Consejero de Educación* da Espanha. Cada dois anos, essa reunião tinha lugar no Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol. A diretoria que nos precedeu foi a primeira a não aceitar o convite, e o mesmo fizemos nós. O ritual se manteve até 2007, já que o congresso de 2009 aconteceu durante o enfrentamento que estamos narrando y foi cenário de fortes discussões e rupturas.

Para conseguir uma adequada compreensão do grande movimento, o primeiro passo é entender que ele não surgiu do nada, pelo contrário, foi expressão de mudanças que vinham acontecendo desde vários anos atrás. A Lei 11.161 teve, entre seus contraditórios efeitos, o de colocar, pela primeira vez, o espanhol como assunto da educação brasileira. No campo de luta de interesses que é a difusão e o ensino da língua no país, isso outorgou um grande

peso aos setores universitários e de ensino regular, que, por sua vez, foram crescendo quantitativamente com a ampliação de vagas para estudantes e de cargos docentes em universidades e escolas, com a expansão de cursos nas universidades federais e com a implantação da língua nas escolas. Esses setores não são facilmente cooptáveis pelas políticas ingerencistas que hegemonizam a difusão do espanhol no mundo e que têm tentado, nas últimas décadas, influenciar os professores e suas associações. A resistência contra o projeto OYE em São Paulo, bem como as grandes reuniões nos congressos de hispanistas de 2006 e 2008, já vinham mostrando o dinamismo e o crescimento desse novo professorado comprometido com a educação linguística como um todo. Os fatos de 2009 encontram esse setor estabelecido em todos os cantos do país e um campo acadêmico muito prestigiado pelo seu papel não apenas na formação, mas também na elaboração de documentos como as OCNs.

Se algo posso destacar sobre a participação da APEESP em todo esse processo foi o fato de ter posto a integração regional como pauta para esse novo espaço do professorado de espanhol no Brasil. Com efeito, como observa Arnoux (2010), a resistência contra as tentativas hegemônicas das instituições espanholas vinha sendo contestada, por exemplo, nas declarações contra o mencionado projeto OYE, apenas mediante a reivindicação da soberania do estado nacional, não contrapondo, ao discurso “globalizador” da Espanha, uma forma diferente de relação com o mundo. Na redação do abaixo assinado que circulou em 2009 contra o acordo entre o MEC e o IC, foi iniciativa da nossa associação que se incluísse a integração regional como perspectiva a ser defendida. Também com essa perspectiva tem a ver o evento que organizamos em Foz do Iguaçu e do qual trata o item seguinte.

### **Iniciativas para a integração regional**

Com os membros da diretoria tínhamos a preocupação de como fazer para, no contexto de confronto glotopolítico, neutralizar um pouco a forte influência que a *Consejería de Educación* espanhola exercia sobre as associações de muitos estados e ajudar a que essas associações olhassem mais para as possibilidades abertas pelos processos de integração regional. Dois

fatos acontecidos em 2008 fizeram com que concebêssemos um plano a respeito. Por uma parte, a Argentina acabava de aprovar a Lei 26.468, que estabelecia uma meta de 8 anos para a generalização da oferta de português no ensino médio. Por outra parte, vínhamos de dar um curso para a *Asociación Argentina de Profesores de Portugués* que tinha contribuído para afiançar nosso contato com esse professorado. Pensamos, então, em convocar, tendo como norte essa situação de reciprocidade, em que ambos os países implementavam cada um a língua do outro nos seus sistemas, um congresso de professores da respectiva língua outra, em um lugar de fronteira. Reunir os professores de espanhol do Brasil e os professores de português da Argentina, Uruguai e Paraguai em um congresso, convocando suas associações para ajudar a organizá-lo.

A ideia foi sendo bem recebida, e em outubro de 2010, depois de muito trabalho, se realizou em Foz do Iguaçu, nos campi da UNIOESTE e da recém criada UNILA, o I Congresso Internacional de Professores de Línguas Oficiais do Mercosul (I CIPLOM) e I Encontro de Associações de Professores de Línguas Oficiais do Mercosul (I EAPLOM). Presidimos a comissão organizadora do Congresso, que foi integrada por professores de diversas IES argentinas, uruguaias e paraguaias, e que atuou por email inclusive para formar subcomissões de avaliação de resumos e outras tarefas. Já com o congresso convocado aconteceu o conflito que relatamos na seção anterior, derivado do acordo entre o MEC e o Instituto Cervantes, o que realçou mais ainda o caráter político do CIPLOM. Houve 372 comunicações apresentadas. Participaram associações brasileiras dos estados de SP, RJ, MG, PR, SE, MS e MT, e conseguimos financiar a vinda de um representante de cada uma com recursos obtidos junto de órgãos de fomento dos nossos países. O Congresso terminou com uma plenária que realizou uma declaração que foi vertida para as três línguas do evento (espanhol, guarani e português), e que estabeleceu a segunda edição para 2013 na *Universidad de Buenos Aires*, com uma comissão presidida por Elvira Arnoux. Os recursos que sobraram das inscrições foram guardados por uma comissão que os empregou para essa segunda edição.

Avaliamos que o CIPLOM, que só foi possível pelo entusiasmo e a participação de tantos colegas, foi um dos projetos mais ambiciosos que pensou e realizou essa diretoria.

### **Privatismo e golpismo**

Durante a nossa gestão, o estado de São Paulo era governado por José Serra, como parte do interminável ciclo de administrações tucanas, no caso, em mandato obtido mediante eleições. Como ficou demonstrado depois do assalto ao poder nacional em 2016, que anulou a lei 11.161 como parte da reforma do Ensino Médio, os governos peessedebistas se caracterizam por um desprezo em relação à integração latino-americana que, no plano das políticas linguísticas, se expressa na resistência a que a língua espanhola ocupe espaços na educação pública. Como explicamos em um texto do qual aqui retiraremos parte do relato (Fanjul, 2010), o estado de São Paulo, que contava com recursos humanos para ser o que mais avançasse na implantação da língua espanhola nas escolas exigida pela lei 11.161, chega ao termo do prazo, em 2010, sem sequer ter realizado concurso público para a disciplina, nem ter estabelecido seu lugar na grade curricular.

A pretensão de fundo se mostrou claramente quando a Secretaria da Educação promulgou a Resolução 76/2008, que “dispõe sobre a implementação da Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio, nas escolas da rede estadual”. Uma das principais mudanças na grade curricular em relação ao modelo de vigência anterior foi que a denominação “Língua Estrangeira Moderna” recebeu a especificação “Língua Estrangeira Moderna – Inglês”. Essa especificação contrariava abertamente uma lei federal superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394/96, citada na própria introdução dessa resolução. A LDB estabelecia que é a comunidade escolar que deve determinar qual é a língua estrangeira obrigatória. Com a Resolução 76, o governo estadual paulista tentava impor o inglês como única língua de caráter obrigatório, deixando para todas as outras o caráter opcional que a mesma Lei de Diretrizes e Bases determinava para uma segunda língua na grade.

No dia 10 de setembro de 2009, o governador de São Paulo assinou um decreto que suscitou novas polêmicas e que mostrou claramente que o silêncio que as autoridades educativas mantinham em relação à introdução do espanhol nas escolas preparava um dos passos mais audaciosos no caminho de derivar funções da educação pública a agentes privados. O decreto 54.758 estabeleceu, nos seus artigos 4º e 5º, que as línguas estrangeiras que integravam a grade curricular do ensino fundamental e médio podiam ser cursadas nos Centros de Estudos de Línguas (CELs), e que, no caso de que a capacidade dos mesmos se esgotasse, “a Secretaria da Educação poderá contar com instituições públicas e privadas que tenham por finalidade o ensino de idiomas, devidamente credenciadas para esse fim, observadas as disposições legais pertinentes”.

Assim, o decreto abria a possibilidade de que as aulas de línguas estrangeiras modernas fossem terceirizadas, passando a ser ministradas por instituições alheias ao sistema público de ensino. Em diversas ocasiões, porta-vozes do governo insistiram, para a mídia, em que o decreto se referia somente à oferta extracurricular. No entanto, a análise de sua letra indica algo bem diferente. Na introdução do mesmo é mencionada, como uma das suas motivações, “a oferta obrigatória pela escola e de matrícula facultativa para o aluno do ensino da língua espanhola, a partir de 2010”, em clara alusão à Lei 11.161, de 2005. Essa lei afeta o campo do curricular, já que é clara quanto a esse lugar para a inserção do espanhol, e, no decreto que estamos considerando, a expressão “língua estrangeira moderna *opcional*”, no artigo 5,º expressa claramente o modo como é previsto, no país todo, que a língua espanhola seja introduzida na grade. O termo “extracurricular” está completamente ausente do texto, e, por outra parte, em reiteradas ocasiões, autoridades da Secretaria da Educação manifestaram verbalmente que consideravam que o oferecimento de língua espanhola nos Centros de Línguas já implicava o cumprimento da Lei 11.161. Porém, vale esclarecer que o estado tinha 3.769 escolas de ensino médio e apenas 75 delas contavam com um CEL.

Por todos esses motivos, predominou, entre os professores e nos cursos universitários, a interpretação de que o decreto ensejava a não realização de concursos para a disciplina Língua Espanhola, e seu oferecimento fora do

planejamento escolar mediante o processo de terceirização. O modo como se deu o posterior recuo do governo e a decisão tardia de incluir o espanhol na grade veio confirmar essas suspeitas.

Dois meses depois do decreto, a Resolução 83 da Secretaria da Educação regulamentou o modo como aconteceria o credenciamento das instituições privadas para o oferecimento das línguas estrangeiras, especificando que incluiria o inglês e o espanhol. Uma resolução posterior acrescentou o francês. No seu artigo 9º, a Resolução 83 dispunha que as informações sobre “o desempenho escolar obtido pelo aluno, a carga horária cumprida, o módulo cursado poderão constar do histórico escolar do aluno”, mais um elemento para prever que esses instrumentos normativos afetariam, na terceirização que ensejavam, o âmbito curricular de ensino. O artigo 5º afirma que “cada turma será constituída de, no máximo, 20 e, no mínimo, 10 alunos”.

Por fim, em 15 de janeiro de 2010, foi lançado o edital “para credenciamento de Instituições de Ensino, objetivando o oferecimento de ensino presencial de língua estrangeira moderna, Inglês, Espanhol ou Francês, para os alunos das 2ª e 3ª séries do Ensino Médio da rede pública do Estado de São Paulo”. O item 6.1 desse edital, que organizaria a concorrência para a oferta de aulas, estabelece que “as instituições credenciadas receberão o valor de R\$ 56,90 por mês, por aluno matriculado”. Como a Resolução 83 já tinha determinado que as turmas teriam entre 10 e 20 alunos, o valor pago por cada turma seria de R\$569,00 a 1138,00, com média de R\$853,50. Dividindo esse valor por 10 aulas por mês, chegava-se ao valor de R\$85,35 por hora de aula. O valor pago a um professor da rede pública não chegava a R\$10,00. Com todos os custos indiretos, não superava os R\$20,00 reais. Desse modo, o governo do estado de São Paulo se propunha gastar mais de 4 vezes o que custaria o oferecimento não terceirizado.

Diante da falta de resposta da Secretaria da Educação a pedidos de audiência, as associações de docentes e os professores dos departamentos universitários procuraram outros espaços no poder público. Chegou-se assim ao poder legislativo e à organização de um debate público na Assembléia Legislativa de São Paulo. No caminho, somaram-se as associações de



professores de inglês, francês, italiano e alemão, já que passou a ser evidente que as medidas afetariam também o espaço dessas línguas na grade curricular e nos CELs. Para o inglês e o espanhol, a perspectiva no longo prazo poderia ser a terceirização integral de sua oferta curricular, passando às escolas de idiomas contratadas. Para as outras, sua desapareição dos CELs por não resultarem rentáveis para essas instituições privadas. O governo acabou recuando e a licitação foi anulada.

## **Encerrando**

Não é para surpreender-se que o mesmo “gestor” que governava o Estado em 2009, José Serra, o que realizou a tentativa privatizadora e de exclusividade para o inglês na grade que acabamos de descrever, fosse, depois do golpe de 2016, ministro das Relações Exteriores do governo ilegítimo que assumiu o poder com a derrubada da presidenta Dilma Rousseff. Um governo que acompanha sua escandalosa entrega das riquezas nacionais a potências estrangeiras com políticas de desmonte da educação pública, uma de cujas expressões é a denominada “reforma do ensino médio”. Mais do que uma reforma, uma transformação socialmente regressiva que despreza as humanidades e as ciências básicas, e que deixa o inglês como única língua estrangeira obrigatória para todas as escolas do território nacional.

A diretoria que integramos na APEESP entre 2008 e 2010 tentou participar da resistência à implementação de políticas desse tipo no Estado, da mesma maneira que os atuais diretores, desta e das outras associações de professores de espanhol no país, enfrentam, mediante a denúncia e a ação junto da sociedade civil, a descaracterização da educação linguística no âmbito nacional. Não duvido de que, se há esperança de recuperar terreno e avançar novamente em direção a uma integração regional para a diminuição da desigualdade social, será na luta conjunta com os trabalhadores da educação e com todos os setores populares e movimentos sociais que hoje resistem ao modelo que se tenta implantar no continente todo.

## Referências

APEESP (Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo) e APEERJ (Associação de Professores de Espanhol do Estado do Rio de Janeiro).

“Abaixo-assinado”, 2009. Disponível em:

<http://espanholdobrasil.wordpress.com/abaixo-assinado-sobre-o-acordo-mec-instituto-cervantes/>

50

ARNOUX, Elvira. "Reflexiones glotopolíticas: hacia la integración sudamericana". Em: ARNOUX, E y BEIN, R (ed). *La regulación política de las prácticas lingüísticas*, Buenos Aires, Eudeba, 2010, pp. 329-260.

FANJUL, Adrián Pablo. “São Paulo: o pior de todos. Quem ganha e o que se perde com a (não) introdução do espanhol na escola pública paulista.” Em: CELADA, M.T., FANJUL, A. e NOTHSTEIN, S. (orgs.) *Lenguas en un espacio de integración. Acontecimientos, acciones, representaciones*. Buenos Aires: Biblos, 185-207, 2010.

RODRIGUES, Fernanda Castelano. *Língua viva, letra morta. Obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2012.

VARGENS, Dayala. *Uma história de politização do ensino de espanhol. A Associação de Professores de Espanhol do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

## Relato de experiências da Gestão 2010-2012

Gisele Moreira, Virginia Bonfim e Isabel Contro Castaldo

A Gestão que durou de 2010 até 2012 tinha, quando eleita, a seguinte configuração: Lorena Menón (Presidenta), Graciela Foglia (Vice-Presidenta), Gisele Moreira (1ª Secretária), Ana Terra (2ª Secretária), Isabel Castaldo (1ª Tesoureira) e Talita Moço (2ª Tesoureira). Logo no começo, Ana Terra manifestou sua necessidade de deixar a associação, e, em assembleia no dia 05 de novembro de 2011, Virginia Bonfim foi eleita segunda secretária, permanecendo até o final da gestão.

Assumimos a gestão apostando na nossa vontade de contribuir com a continuidade e fortalecimento da voz coletiva que a APEESP representa. Na nossa carta de apresentação, após a posse, propusemos os seguintes objetivos:

1. manter a condição de entidade autônoma e independente;
2. dar continuidade à atitude propositiva em relação à situação do professorado de espanhol e do ensino de Espanhol;
3. continuar acompanhando a implementação da disciplina de Língua Espanhola no estado de São Paulo;
4. manter o diálogo com entidades congêneres representativas dos demais estados e demais comissões que atuam em prol da implementação da Língua Espanhola no currículo da Educação Básica;
5. continuar promovendo a oferta de atividades acadêmicas aos professores e estudantes de espanhol.
6. intensificar o laço da associação com os colegas do ensino regular;
7. promover e dar a conhecer a associação e sua atuação através das ferramentas tecnológicas disponíveis e de uma maior presença em eventos acadêmicos.

Ao longo desses dois anos, a APEESP realizou diferentes ações que se relacionam com os pontos 2 e 3, quando a associação interpelou as autoridades públicas estaduais e de municípios do estado em nome dos profissionais que congrega, para defender tanto a qualidade do ensino como as leis que regulam

a contratação e seleção dos docentes. De forma geral, entre 2010 e 2012, a APEESP se manifestou:

- a) solicitando a abertura de concursos públicos, já que se tendia à contratação ao invés do concurso;
- b) exigindo a retificação de editais que desconsideravam a formação mínima exigida legalmente para o cargo de Professor de Espanhol (exigia-se, por exemplo, certificado de proficiência, aperfeiçoamento em espanhol intermediário, no lugar de Licenciatura em Letras Espanhol);
- c) solicitando informações sobre diretrizes ou convênios que envolviam a disciplina Espanhol e a Educação Pública;
- d) solicitando informações sobre a implementação no Espanhol na rede pública do estado.

No último contato realizado com a Equipe Curricular Línguas Estrangeiras Modernas, da SEE, no mês de novembro (2012), obtivemos os seguintes dados:

- a oferta da disciplina Espanhol para os alunos de Ensino Médio no segundo semestre de 2010, com carga horária de 80 horas, continuava sendo apenas para o primeiro ano, na pré-aula ou pós-aula, ou aos sábados, de acordo com a demanda.
- desde 2010, a oferta das vagas para a disciplina de espanhol no ensino regular da rede estadual de São Paulo ocorre de forma descentralizada, entre setembro e outubro, através de divulgação organizada pelas escolas de Ensino Médio, junto aos alunos de 8ª. série (9º ano). A oferta é reforçada no início das aulas, pois recebem alunos de outras redes. É neste momento que as turmas são organizadas.
- no segundo semestre de 2012, constam 1082 professores com aulas de espanhol atribuídas no ensino médio regular e 554 professores atuando no Centro de Estudos de Línguas.
- até o momento não havia previsão de concurso público para nenhuma das disciplinas oferecidas no currículo.
- no ano letivo de 2012, aproximadamente 10% do total de alunos matriculados no Ensino Médio optaram pelo espanhol, cerca de 28.000 alunos em todo o Estado.

Em fevereiro de 2011, a APEESP também fez um pronunciamento sobre a Proposta curricular do Estado de São Paulo, destacando a importância e relevância da publicação de uma proposta curricular para o Espanhol, como língua estrangeira moderna, já que formaliza a inserção da disciplina no currículo escolar. Nele a APEESP faz uma análise dos pontos positivos e de alguns pontos que considerávamos questionáveis ou que podiam gerar mal-entendidos.

No período em questão, mantivemos diálogos participando nas reuniões com as demais Apes nos encontros anuais e nas manifestações conjuntas com APEERJ (Associação de professores de Espanhol do estado de Rio de Janeiro) e a APLIESP (Associação de professores de Inglês do estado de São Paulo).

Ao longo de 2011 e de 2012, a APEESP organizou nove eventos na capital, com o intuito de dar conta dos mais diversos contextos de atuação do professor de Espanhol, aportando conhecimentos e reflexões tanto de ordem acadêmica, como de ordem pedagógica, tanto da teoria, como da prática do profissional da área de espanhol.

- ✓ *El diseño de actividades de comprensión lectora*. Professoras: Rosângela Dantas e Luiza Martins. Em março de 2011.
- ✓ *Español en la enseñanza superior: la asignatura en la carrera de Relaciones Internacionales*. Professores: Claudia Pacheco, Marcos Maurício, Andreia Menezes e Benivaldo Araújo. Em junho de 2011.
- ✓ *La (des) construcción del diccionario de lengua española: una mirada didáctica*. Professoras: Daniela Ioná Brianezi e Michele Costa. Em agosto de 2011.
- ✓ *Reconociendo referentes a partir en un género oral no conversacional: Trabajando con pronombres personales, semántica y narración de fútbol*. Professor: Martín Russo. Em setembro de 2011.
- ✓ *No solo pretexto: reflexiones en torno a la lectura*. Professores: Fernanda Castelano Rodrigues e Elzimar Goettenauer de Marins. Em novembro 2011.
- ✓ *Cine-Debate: Representaciones de la violencia en “La lengua de las mariposas”*. Professora: Graciela Foglia (UNIFESP). Março de 2012.

- ✓ [Algunas claves para ler “Leyendas de Guatemala”, de M. A. Asturias.](#)  
Professora: Sonia Fernández (UFSM). Abril de 2012.
- ✓ *El español como lengua materna en São Paulo: la colonia boliviana.*  
Professor: José Maurício da Conceição Rocha (PG/USP). Agosto de 2012.
- ✓ *La lectura en las clases de español.* Professora: Mónica Palacios.  
Setembro de 2012.

A APEESP também apoiou e ajudou a organizar três eventos no interior:

- ✓ II Jornada UFSCar-APEESP de atualização para professores de espanhol. Em maio de 2011. Oficinas ministradas:
  - ✓
    - *El profesor/autor: de la clase de español a la producción de materiales didácticos.* Prof. Enrique Melone (CNA)
    - *La oposición de los modos verbales indicativo/subjuntivo y su enseñanza en la clase de español/LE a brasileños.* Profa. Etel Gutiérrez (Unifesp)
    - *¿Tú o vos? ¿Autobús o guagua? ¿Seseo y yeísmo? Cómo tratar las variedades del español en las clases.* Profa. Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCar)
- ✓ [Jornada APEESP/Uni-FACEF: Actualización para profesores y futuros profesores de español.](#) Em Maio de 2012. Oficinas ministradas:
  - *La receta culinaria en E/LE: cuestiones de género, contraste y traducción.* Prof.<sup>a</sup> Bruna Macedo (PG/USP)
  - *Los demostrativos en la clase de E/LE: una reflexión teórico-práctica a partir de textos auténticos.* Profa. Gisele Moreira (PG/USP; Yágizi)
  - *La literatura en las clases de español como lengua extranjera: reflexiones y propuestas.* Profa. Larissa Locoselli (PG/USP; Centro de Línguas – FFLCH/USP)
- ✓ [Jornada APEESP/UFSCar de atualização para professores de espanhol.](#) Em Junho de 2012. Oficinas ministradas:

- *La literatura extranjera en la escuela: paradojas y posibilidades.* Prof. Wilson Alves-Bezerra (UFSCar)
- *Actividades de lectura y escritura de secuencias explicativas.* Prof<sup>a</sup> Neide Elias (UNIFESP)

Tentamos intensificar o laço com os professores que atuam no ensino regular, promovendo eventos nos quais pudessem ter voz. Idealizamos, então, encontros moderados com a participação de professores que atuam na EB com comunicações ao redor de uma temática. Foram 3 ao todo:

- ✓ I Jornada pedagógica APEESP – EB: O ensino de espanhol na rede pública: relatos de experiências. Voltada para a realidade do ensino de espanhol no contexto do ensino público, a partir das exposições de professores da rede. Mesa coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Lorena Menón (PG/USP). Em maio de 2011.
- ✓ II Jornada pedagógica APEESP – EB: O ensino de espanhol na Educação Básica: Leitura e Literatura na sala de aula. Mesa coordenada pelo Prof. Pablo Gasparini (USP). Em outubro de 2011.
- ✓ [III Jornada Pedagógica APEESP Educação Básica: A tecnologia em sala de aula](#). Mesa coordenada pelo Prof. Gabriel Aguilar (UNICID). Em junho de 2012.

Todos os eventos foram possíveis com a ajuda de muita gente que colaborou na organização ou participou como palestrante ou como ouvinte ou cedendo o espaço.

Conseguimos reformular o site e mantê-lo atualizado; agitar o perfil do *Facebook* (no fim da gestão, a APEESP tinha mais de 1.000 amigos/assinantes); além de manter a divulgação via *mailing*. Fora isso, a APEESP esteve presente nas Jornadas de Pós da USP em 2011 e em 2012, na Jornada de Letras do Mackenzie em 2011, na Semana de Letras da Uni-Facef em 2012, tendo espaço para dar a conhecer a associação e divulgar as suas ações.

Diretoria – Gestão 2010/2012

Lorena Menón - Presidenta

Graciela Foglia - Vice-Presidenta

Gisele Moreira - 1ª Secretária

Virgínia Bonfim - 2ª Secretária

Isabel Castaldo - 1ª Tesoureira

Talita Moço - 2ª Tesoureira



## Memória de uma gestão: Diretoria da APEESP (2012-2014)<sup>1</sup>

Andreia dos Santos Menezes<sup>2</sup>

### Introdução

Escrever sobre a gestão 2012-2014 da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo (APEESP), da qual tive a oportunidade de participar como vice-presidenta, me traz à mente muitas palavras, tais como trabalho, luta e persistência. Contudo, as mais importantes são alegria e satisfação. Isso porque tratou-se de uma diretoria composta por um grupo de professoras e pesquisadoras que no início da gestão, em sua maioria, se conheciam apenas de vista, mas que ao final se viram unidas por laços de carinho e amizade que se prolongam até hoje.

Esses laços foram criados e fortalecidos ao longo da gestão, em primeiro lugar, por uma compreensão compartilhada sobre o papel do ensino de espanhol nas escolas e pela disposição em lutar em prol da inclusão dessa disciplina na grade curricular da rede estadual de ensino de São Paulo. Para ser mais exata, cito a seguir os nossos objetivos, conforme elencados em nossa Carta de Apresentação (APEESP, 2013): a) manter a condição de entidade autônoma, independente, democrática e transparente; b) acompanhar a situação do ensino de espanhol no Estado de São Paulo, em especial naquilo que diz respeito à implementação da disciplina de Língua Espanhola no Ensino Básico; c) promover diversos tipos de ações que contribuam para a constante formação dos professores e futuros professores de espanhol e possibilitem o diálogo entre esses diversos sujeitos e suas realidades de ensino e formação; d) manter um canal permanente de comunicação com os professores e futuros professores de espanhol do Estado de São Paulo, sobretudo com aqueles que são associados à APEESP; e e) dialogar com as Associações de Professores de Espanhol (APEs) de todo o país, assim como com as Associações de Professores de

---

<sup>1</sup> Este texto contou com a revisão e leitura crítica de Larissa Fostinone Locoselli (Universidade Federal da Integração Latino-americana), presidenta da APEESP durante a Diretoria 2012-2014, a quem faço público meus agradecimentos.

<sup>2</sup> Professora Doutora da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Espanhol ou Português do Mercosul e, quando possível, apoiar e integrar-se às iniciativas dessas associações, bem como participar ativamente dos projetos conjuntos em andamento, como o Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol (CBPE) e o Encontro de Representantes das APEs, o Congresso Internacional de Línguas Oficiais do MERCOSUL e o Encontro de Associações de Professores das Línguas Oficiais do MERCOSUL.

A criação desta Intersecciones também se deu durante a nossa gestão. Outros objetivos mais que não constavam em nossa carta de apresentação também foram aparecendo ao longo de nossa gestão, como veremos mais adiante neste texto.

Assim, proponho aqui contar um pouco dessa trajetória da Diretoria da APEESP 2012-2014, contribuindo para um dos objetivos originais desta Revista que é, conforme lemos no texto de Apresentação da Primeira Edição da Intersecciones (2013), o de ser um instrumento que favoreça a preservação da história da APEESP e do ensino de espanhol no Estado de São Paulo. Para tanto, utilizarei como referências especialmente os documentos que nossa gestão elaborou e disponibilizou no site da Associação ao longo de nossa gestão, tais como cartas, convocatórias e circulares, além de material disponível nas duas primeiras edições da Intersecciones.

Por fim, destaco que, embora sob a minha perspectiva, este é o relato de uma gestão construída totalmente em conjunto entre todas as suas integrantes, a saber: Larissa Fostinone Locoselli (presidenta), Andreia dos Santos Menezes (vice-presidenta), Michele Costa (primeira secretária), Bruna Macedo de Oliveira (segunda secretária), Daniela Ioná Brianezi (primeira tesoureira) e Rosângela Aparecida Dantas de Oliveira (segunda tesoureira)<sup>3</sup>.

### **Capacitação docente e proximidade com professores e futuros professores**

Como indicamos em nossa carta de apresentação, era um de nossos objetivos promover ações que colaborassem com a formação dos professores e futuros professores de espanhol. Considerávamos esse tipo de atuação

---

<sup>3</sup> Gustavo Garcia fez parte da Diretoria 2012-2014 da APEESP, mas se desvinculou no primeiro ano por motivos pessoais.

importante para tentar propiciar um diálogo mais profícuo entre as pesquisas que se realizam dentro do ambiente acadêmico e a realidade das salas de aulas. Julgávamos que assim também favoreceríamos a conquista de outro de nossos propósitos que era o de manter um canal permanente de comunicação com os professores e futuros professores de espanhol do Estado de São Paulo. Além dessa comunicação ao vivo durante os eventos, utilizamos para esse fim a rede social Facebook, na qual a Associação mantém uma página, além de lançarmos mão do nosso mailing.

Entre as ações, decidimos manter as Jornadas da APEESP que haviam sido iniciadas pela Diretoria anterior, mas que sofreram na nossa algumas modificações. A primeira edição que realizamos foi em parceria com o *Consortio Español como Segunda Lengua y Extranjera* (ELSE) e o Centro de Línguas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), que teve lugar na própria FFLCH-USP nos dias 21 e 22 de março de 2013. Essa Jornada chamou-se *La heterogeneidad de la lengua, la escritura, la lectura, la norma y el uso en la enseñanza y evaluación de E/ELE* e foi conduzida pelas professoras Ana Sofía Príncipi (ELSE), María Teresa Celada (FFLCH-USP), Larissa Locoselli (APEESP/Centro de Línguas-FFLCH-USP) e Zulma Kulikowski (FFLCH-USP).

Após essa primeira edição da Jornada da APEESP, a diretoria foi convidada pela Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB) da SEE-SP a organizar a chamada Orientação Técnica de Aprimoramento Linguístico. Esse evento costumava ser organizado anualmente pela CGEB como forma de capacitação para os professores de espanhol da rede pública estadual que trabalham nos Centros de Estudos de Línguas (CELs) de todo o Estado, já tendo sido convidados como parceiros professores da FFLCH-USP e o Instituto Cervantes.

A princípio, consideramos muito positivamente o convite, como uma manifestação de aproximação da SEE-SP à Associação, além de um grande desafio para uma gestão que estava se iniciando, já que a previsão era a de capacitarmos ao todo 600 professores. Devido à dimensão desse evento, decidimos cessar provisoriamente as Jornadas APEESP tais como vinham

sendo feitas. Chamamos essa parceria com a CGEB de I Jornada de Capacitação Docente APEESP/SEE-SP.

Organizamos esse evento em duas etapas, ocorrendo uma no primeiro semestre e outra no segundo de 2013, cada uma com cerca de trezentos participantes. Convidamos trinta professores<sup>4</sup> no primeiro semestre e vinte e dois<sup>5</sup> no segundo, que ministraram palestras e oficinas voluntariamente. Ademais de julgarmos ambas as edições bastante exitosas, vimos muito positivamente o fato de terem permitido que a Associação entrasse pessoalmente em contato com professores que atuavam no ensino estadual em escolas da capital e do interior do Estado.

A APEESP foi convidada a organizar o evento também em 2014. No entanto, depois de termos convidado todos os professores que ministrariam as palestras e oficinas, bem como organizado todo o material que seria utilizado, fomos avisados na semana anterior pela CGEB que o evento não ocorreria naquele semestre. O motivo alegado foi a falta de verba para a locomoção dos professores dos CELs do interior do Estado até a Capital. O fato causou, obviamente, grande consternação nas integrantes da Diretoria que haviam

---

<sup>4</sup> Convidamos os seguintes professores que estavam vinculados no momento às instituições indicadas entre parêntesis: Adrián Fanjul (USP), Profa. Me. Adriana Arantes, Adriana Simões (USP-PG), Ana Paula Fabro de Oliveira, Andreia Menezes (UNIFESP), Antón Castro Míguez (UFSCar), Daniela Ioná Brianezi (USP-PG), Flávia Krauss (USP-PG), Gisele Moreira (UNIFESP), Glauce Gomes de Oliveira Cabral (USP-PG), Graciela Foglia (UNIFESP), Greice Nóbrega e Sousa (IFSP), Gustavo Spandau (USP-PG), Isabel Castaldo (Mackenzie-USP-PG), Ivan Martín (UNIFESP), Joana Rodrigues (UNIFESP), Lorena Menón (USP-PG), Márcia Romero (FMU), Marcos Maurício Silva (ESPM), Margareth dos Santos (USP), María Teresa Celada (USP), Martín Russo, Michele Costa (USP-PG), Neide Elias (UNIFESP), Pablo Gasparini (USP), Rosa Yokota (UFSCar), Rosângela A. Dantas de Oliveira (UNIFESP), Sílvia Etel Gutiérrez (UNIFESP), Vanessa Nogueira (USP-PG), Zulma Kulikowsky (USP).

<sup>5</sup> Da segunda etapa, participaram os seguintes professores, então vinculados às instituições designadas entre parêntesis: Adriana Junqueira Arantes (FMU), Adriana Marcelle de Andrade (USP), Ana Paula Fabro de Oliveira (PG – USP), Andreia dos Santos Menezes (UNIFESP / APEESP), Bruna Macedo de Oliveira (PG- USP / APEESP), Cléber Ferreira João (PUC – SP), Enrique L. Melone (CNA), Fátima Cabral Bruno (USP), Graciela Foglia (UNIFESP), Greice Nóbrega e Sousa (IFSP), Ivan Rodrigues Martin (UNIFESP), Joana Rodrigues (UNIFESP), Jorge Rodrigues Souza Jr. (IFSP / PG – USP), Larissa Locoselli (Centro de Línguas – USP / APEESP), Lorena M. Menón (PG – USP), Marcos Mauricio Alves da Silva (ESPM), Maria Teresa Celada (USP), Mônica F. Mairink O’Kuinghttons (USP), Neide Maia González (USP), Rosa Yokota (UFSCar), Rosângela A. Dantas de Oliveira (UNIFESP-APEESP), Sílvia Etel Gutiérrez (UNIFESP).

dedicado muito tempo para a organização de um evento de semelhante porte. Assim, protocolamos um Comunicado na SEE-SP (APEESP, 2014), no qual lhe informávamos que nossa gestão não mais se responsabilizaria pelo evento.

Decidimos, pois, retomar as Jornadas da APEESP segundo seu formato original. Para tanto, todas as atividades pensadas pelos convidados para o evento que seria ministrado em parceria com a CGEB foram adaptadas e apresentadas<sup>6</sup> nas Jornadas da APEESP no segundo semestre de 2014. No intuito de nos aproximarmos mais de espaços escolares ao invés dos acadêmicos, oferecemos essas Jornadas na Escola Municipal de Ensino Médio Derville Allegretti, onde a disciplina Espanhol é oferecida dentro de sua grade. As oficinas foram organizadas em cinco edições, com duas oficinas cada uma, ministradas um sábado por mês. Observamos que a presença foi decaindo no decorrer do semestre e concluímos que seria melhor, em uma outra oportunidade, concentrar as atividades em um só mês, já que com a proximidade do fim do semestre o trabalho do professor tende a se acumular, tornando mais complexo seu comparecimento em outros tipos de atividades.

Além das Jornadas, realizamos o II Simpósio da APEESP-30 anos, que teve lugar nos dias 13 e 14 de setembro de 2013, na FFLCH-USP e no Memorial da América Latina. O I Simpósio da APEESP havia ocorrido cinco anos antes em comemoração aos 25 anos da APEESP e consistiu em uma série de conferências reunidas em um único dia. Na segunda edição, além das conferências de renomados pesquisadores<sup>7</sup>, o evento contou com a participação

---

<sup>6</sup> As oficinas foram ministradas pelos seguintes professores convidados: Gisele Sousa Moreira Fábio Barbosa de Lima, Isabel C. Contro Castaldo, Vanessa Nogueira, Andrea Nora Pizzutiello, Gustavo Walter Spandau, Rosemeire da Silva, Ivan Rodrigues Martin, Neide Elias, Lorena Mariel Menón e Graciela Foglia.

<sup>7</sup> O primeiro dia do evento teve lugar na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e teve como título da mesa de abertura “O espanhol no Brasil: histórico e perspectivas-Homenagem ao Prof. Mario González”. Dessa mesa participaram Neide González (USP), Antonio Esteves (UNESP), Marcos Maurício Alves da Silva (ESPM) e Gustavo Garcia (Presidente da APEESP). A mesa de encerramento do primeiro dia contou com a conferência “Alcances y límites del Diccionario del español de México” proferida por Luis Fernando Lara (ColMex) e mediada por Maria Teresa Celada. O segundo dia do evento teve lugar no Memorial da América Latina e contou com as seguintes três mesas: “A formação e o trabalho do tradutor”, composta por Heloísa Pezza Cintrão (USP), María del Pilar Sacristán Martín e mediada por Bruna Macedo; “A noção de cultura no ensino de Língua Estrangeira”, formada por Carlos Bonfim (UFBA) e Silvana Serrani (UNICAMP), mediada por Jorge Rodrigues

ativa de professores e futuros professores mediante a apresentação de comunicações orais e oficinas. Decidimos incluir essa modalidade porque almejávamos que o evento se plasmasse como um espaço de interlocução para a troca de experiências e reflexões entre professores e futuros professores de espanhol e de matérias correlatas, unindo prática e pesquisa.

Ao final do II Simpósio da APEESP, fizemos um balanço muito positivo, já que contamos com a participação de professores das redes privada e particular de ensino básico e superior, além de estudantes universitários, que atuaram como ministrantes de oficinas ou comunicações, ou ainda como ouvintes. Outro dado importante quanto ao perfil do público é que esse advinha tanto da região metropolitana de São Paulo, como do interior do Estado, ou mesmo de outros estados brasileiros, além de termos contado com a presença de duas professoras vindas do México.

É importante destacar que, para a sua organização, contamos com o apoio da Capes, do Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana da FFLCH-USP e da EFLCH-UNIFESP, além da verba advinda das inscrições dos participantes e da parceria com algumas livrarias.

### **Intersecciones-Revista da APEESP**

No II Simpósio da APEESP também tivemos a oportunidade de lançar a primeira edição da Intersecciones-Revista da APEESP. A ideia de publicar uma revista surgiu da vontade de ter em nosso país uma publicação voltada para o ensino de espanhol que não fosse exatamente de cunho acadêmico ou limitada pelos critérios impostos pela Capes. Nossa intenção era a de que fosse uma publicação dedicada a questões que pudessem estar relacionadas mais diretamente à realidade da sala de aula. Nesse sentido, além da sessão Artigos, foi pensada também outra denominada Propostas Didáticas. Nesta seriam

---

Souza Jr.; e “Políticas linguísticas na atualidade latino-americana”, integrada por Carlos Alberto Faraco (UFPR) e Xoán Lagares (UFF), mediada por Adrián Fanjul. A gravação, em vídeo ou áudio, de todas as mesas de convidados estão disponíveis no canal da APEESP no Youtube: [http://www.youtube.com/channel/UCKcO\\_MHlv6rvwk\\_Q5M4BloQ](http://www.youtube.com/channel/UCKcO_MHlv6rvwk_Q5M4BloQ).

publicadas sequências e materiais didáticos dirigidos para o ensino de língua espanhola e matérias correlatas.

Conforme comentamos na Apresentação do primeiro número da *Intersecciones* (2013), acreditávamos que esta seria a primeira revista a ser organizada pela APEESP. Contudo, durante seu processo de organização, descobrimos que a Associação já havia publicado uma Revista da APEESP no biênio 1990-1991, cujo primeiro número tinha sido lançado no primeiro semestre de 1991. Frente a essa descoberta, a *Intersecciones* colocou-se também como objetivo tentar recuperar os números dessa primeira Revista da APEESP e relançar alguns de seus artigos, visto que as edições da primeira revista tinham sido publicadas em papel e em pequena tiragem, sendo assim de difícil acesso. Acreditávamos que essa poderia ser uma maneira de contribuir para a manutenção da memória das ações da Associação ao longo de sua trajetória.

O primeiro número da *Intersecciones* contou com onze artigos elaborados por pesquisadores convidados. Também foram publicadas três propostas didáticas de atividades apresentadas em eventos organizados pela Associação anteriormente. Ademais, publicamos, em forma de homenagem póstuma ao professor Mario González, uma entrevista concedida por ele à diretoria da APEESP em 2007.

No segundo número, publicamos os Anais do II Simpósio da APEESP, com o auspício da Capes. Foram publicados três artigos frutos das Conferências dadas por convidados e outros oito, derivados das Comunicações Orais.

Infelizmente, até o momento tinham vindo à luz somente esses dois números lançados durante a gestão 2012-2014. Assim, é com muita alegria que recebo a retomada da *Intersecciones*-Revista da APEESP com este terceiro número, com o desejo de recuperar e manter o ritmo de publicação.

### **Autonomia, relação com outras APEs e 16o CBPE**

Um dos grandes objetivos de nossa gestão era o de que a APEESP mantivesse a condição de entidade autônoma, independente, democrática e transparente. Nesse intuito, realizamos em 2013 duas assembleias, uma ordinária e uma extraordinária. Já em 2014, além de termos mantido os canais

de comunicação abertos durante todo o ano, realizamos uma assembleia na qual publicizamos o balanço financeiro e de todas as ações de nossa gestão. Conseguimos pagar todas as contas devidas (tais como hospedagem do site ou pagamento de despesas em cartório), bem como as participações de representantes da APEESP em eventos (como o II CIPLOM/EAPLOM, o XV CBPE ou os Encontros Anuais de Representantes de APEs) mediante a verba arrecadada pelo pagamento de anuidades ou de inscrições nos eventos.

Destaco, igualmente, que a Diretoria 2012-2014 conseguiu terminar sua gestão com saldo bancário positivo. Outrossim, é importante salientar que, por meio da ativa participação dos membros da APEESP nos mencionados eventos, foi possível manter um constante diálogo com as demais associações de professores de espanhol do país, assim como de professores de português do Mercosul.

Foi fruto desse posicionamento a apresentação de nossa candidatura para sediar o 16o CBPE ocorrido em 2015. Ainda que esse congresso tenha acontecido durante a gestão seguinte à nossa, a Diretoria 2012-2014 se comprometeu a fazer parte da Comissão Organizadora<sup>8</sup>. Além da APEESP, organizaram o evento as áreas de Espanhol dos Departamentos de Letras da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi essa a segunda vez que a APEESP organizava esse importante evento, depois de 18 anos que ele havia ocorrido na USP. Contudo, a edição de 2015 se diferenciava da de 1997, especialmente, pelos fatos de ser encabeçado pelas duas universidades federais do Estado e de ter lugar em uma cidade do interior de São Paulo.

Outra particularidade é que, ademais do 16o CBPE, que esteve aberto à inscrição de propostas de comunicação oral e de oficinas de professores de espanhol e matérias correlatas, ocorreu, concomitantemente, o 1o Simpósio

---

<sup>8</sup> A coordenação da Comissão Organizadora era composta por: Andreia dos Santos Menezes (UNIFESP/ APEESP), Antón Castro Míguez (UFSCar), Fernanda Castelano Rodrigues (UFSCar) e Silvia Etel Gutiérrez Bottaro (UNIFESP). Os demais membros da Comissão eram: Daniela Ioná Brianezi (APEESP), Graciela Foglia (UNIFESP), Greice Nóbrega e Sousa (UNIFESP), Ivan Martin (UNIFESP), Joana Rodrigues (UNIFESP), Larissa F. Locoselli (APEESP/CL-FFLCH-USP), Neide Elias (UNIFESP), Rosa Yokota (UFSCar), Rosângela Dantas (UNIFESP/APEESP) e Wilson Alves-Bezerra (UFSCar).



Nacional de Professores de Espanhol em Formação (1o SNPEF). Este propunha-se a abrigar comunicações orais de trabalhos frutos de Iniciação Científica, monitorias, estágios PIBID e Conclusão de Curso de alunos de graduação em Letras sob a coordenação dos docentes orientadores. Almejávamos, com isso, aproximarmo-nos mais dos futuros professores de espanhol.

Cabe destacar que obtivemos para a realização do 16oCPBE/1o SNPEF também o apoio da Capes, além do da Fapesp. Também contamos com exposição e venda de livros, o que gerou renda para o evento.

O 16o CBPE teve cinquenta e duas mesas de comunicações orais que totalizaram duzentas e quarenta e duas apresentações, além de dezessete oficinas. Já o 1o SNPEF contou com dezessete mesas que contabilizaram setenta e sete comunicações. Além disso, tivemos a participação de cerca de cem ouvintes. Ademais, houve uma mesa de abertura e outra de encerramento, além de três mesas plenárias<sup>9</sup>. Igualmente, realizamos uma homenagem à professora Neide González, sem dúvida uma das maiores hispanistas do Brasil.

O evento teve como um de seus frutos a publicação de seus Anais (MENEZES; MÍGUEZ; ELIAS, 2017) que contou com verba da Capes para sua edição. O volume é composto por três artigos oriundos das falas da mesa de

---

<sup>9</sup> A conferência de abertura chamava-se "Línguas e literaturas em contato" e teve como convidados os professores Ilan Stavans (Amherst College, Estados Unidos), Fabián Severo (Escritor, Uruguai) e Neide Maia González (USP). A mesa de encerramento chama-se "Guaraní vs. jopara: ¿dos realidades lingüísticas o una?" e foi ministrada pela professora Hendy Penner (Universidad Nacional de Asunción). A primeira mesa plenária se titulava "O papel das Associações de Professores de Espanhol" - composta por Dayala Paiva de M. Vargens (Universidade Federal Fluminense), Dulce Andrigueto (Associação de Professores de Espanhol do Distrito Federal), Gilson Rodrigo Woginski (Associação de Professores de Espanhol do Paraná), Janaína Aguiar (Associação de Professores de Espanhol de Minas Gerais) e Juan Pablo Martin Rodrigues (Associação de Professores de Espanhol de Pernambuco) -, a segunda se chamava "Livro didático para o ensino de língua espanhola no Brasil: políticas, produção e circulação" - composta por María del Carmen Daher (Universidade Federal Fluminense), Gisele Azevedo (Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos) e Francisco Arruda Sampaio (Autor de livro didático) - e a terceira se denominava "Ensino de língua espanhola no Brasil", formada pelas professoras Kelly C. Henschel Pobbe de Carvalho (Unesp- Assis), Andreia Ponte (UFPR) e Elena Ortiz Preuss (UFG).

abertura, quatro das plenárias, um da conferência de encerramento, sessenta e cinco das comunicações orais do Congresso e vinte das do Simpósio, e seu acesso está disponível livremente na Internet.

## **A luta pela implementação do Espanhol**

Como mencionamos, o maior objetivo da gestão 2012-2014 da APEESP era, dando continuidade ao trabalho iniciado pelas três gestões anteriores, o de conseguir que a disciplina Espanhol fosse efetivamente inserida na grade do ensino básico da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo, conforme indicava a Lei 11.161. Nesse sentido, pontuo que tive a oportunidade de publicar, em parceria com Edilson Cruz (presidente da gestão APEESP 2014-2016), um capítulo no livro “Dez anos da Lei do Espanhol” (BARROS; COSTA; GALVÃO, 2016) chamado “A implantação do Espanhol em São Paulo (2006-2015)” no qual examinamos as ações levadas a cabo pelas diretorias da APEESP no período indicado. O leitor poderá encontrar informações mais detalhadas no mencionado texto, encontrado facilmente em formato digital na rede.

Resumidamente, relato que, em nossa gestão, conseguimos duas audiências com o gabinete da SEE-SP em 2013. Foi uma das conquistas diretas desse diálogo a inclusão da disciplina no concurso para PEB realizado pela SEE-SP nesse mesmo ano. Naquele momento, consideramos que essa havia sido uma grande vitória para os professores de espanhol, visto que entendíamos que a abertura de um concurso significava a contratação de professores dessa disciplina e, por conseguinte, o oferecimento dessa matéria na rede estadual de ensino básico.

No entanto, o segundo ano de nossa gestão foi marcado por solicitações de nossa parte à SEE em relação à convocação de professores. Entramos inclusive em contato com a APEOESP (Associação Sindical dos Professores do Estado de São Paulo) para discutir os problemas na convocação dos professores aprovados e possíveis ações destes junto à SEE, buscando auxiliar e respaldar esses professores em sua reivindicação de serem convocados após aprovação. Contudo, até o fim de nossa gestão não obtivemos sucesso quanto a esse

aspecto, falta de respostas também encontrada pelas gestões que se seguiram à nossa.

## Novas lutas

Neste ano de 2018, a APEESP completa 35 anos de existência. Como comemoração, a atual gestão está organizando a terceira edição do Simpósio da APEESP, dando continuidade a um importante evento que colabora com a manutenção da memória da atuação da Associação, bem como para a reflexão quanto às constantes lutas dos professores de espanhol do Estado de São Paulo. Se na edição de 25 anos o foco era o combate ao Projeto OYE e à terceirização do ensino de Espanhol na rede estadual de ensino, na de 30 era a luta pela real implementação do Espanhol da rede. Já no ano em que a APEESP completa 35 anos, o que assistimos em nosso país é a revogação da chamada Lei do Espanhol e o brutal desmantelamento da educação pública em geral em todo o Brasil, como consequência direta do Golpe de Estado ocorrido em 2013. Sem dúvidas, será um evento da maior importância para a reflexão conjunta e a criação de possíveis estratégias de luta e resistência em defesa de uma educação pública e de qualidade para todas as áreas, inclusive, e especialmente, a de Espanhol.

## Referências bibliográficas

Intersecciones - Revista da APEESP. No 2, 1º semestre de 2014. Edição especial: Anais do II Simpósio da APEESP – 30 anos. Disponível em [http://www.apeesp.com.br/?page\\_id=3068](http://www.apeesp.com.br/?page_id=3068). Acessado em 17/05/2018.

Intersecciones – Revista da APEESP. No 1, 2º semestre de 2013. Disponível em [http://www.apeesp.com.br/?page\\_id=2928](http://www.apeesp.com.br/?page_id=2928). Acessado em 17/05/2018.

MENEZES, Andreia dos Santos; MÍGUEZ, Antón; ELIAS, Neide (org.) (2017). Anais do 16o Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol e do 1o Simpósio Nacional de Professores de Espanhol em Formação. Porto Alegre: Revolução eBook. Disponível em [https://play.google.com/store/books/details/Andreia\\_Dos\\_Santos\\_Menezes\\_Anais\\_do\\_16o\\_congresso?id=HYauDgAAQBAJ](https://play.google.com/store/books/details/Andreia_Dos_Santos_Menezes_Anais_do_16o_congresso?id=HYauDgAAQBAJ). Acessado em 17/05/2017.

\_\_\_\_\_ ; CRUZ, Edilson da Silva. A implantação do espanhol em São Paulo (2006-2015) (2016). Em: BARROS, Cristiano; COSTA, Elzimar; GALVÃO, Janaína. Dez anos da Lei do Espanhol (2005-2015). Belo Horizonte: FALE/UFMG, p. 353-376.

APEESP (2014). Comunicado da APEESP sobre o cancelamento da Orientação Técnica de Aprimoramento Linguístico da SEE-SP. Disponível em <http://www.apeesp.com.br/wp-content/uploads/carta-protocolada-apeesp-16-04-2014.pdf>. Acessado em 17/05/2018.

\_\_\_\_\_ (2013). Carta de Apresentação da Nova Diretoria da APEESP. Disponível em <http://www.apeesp.com.br/?p=1923>. Acesso em 15/05/2018.

## **APEESP: um relato da gestão 2014/2016**

Fábio Barbosa de Lima<sup>1</sup>

Os membros eleitos para a gestão do período de dezembro de 2014 a dezembro de 2016 foram: Fábio Barbosa de Lima (presidente), Edilson da Silva Cruz (vice-presidente), Sheila Galvão da Silva (primeira secretária), Gustavo Spandau (segundo secretário), Glauce Gomes de Oliveira Cabral (primeira tesoureira) e Rosângela Aparecida Dantas de Oliveira (segunda tesoureira). Em meados de 2015, Rosângela Dantas deixa a gestão por conta de compromissos acadêmicos e, Camila de Lima Gervaz é eleita para o cargo em assembleia extraordinária realizada em 20 de junho. Em meados de março de 2016, Gustavo Spandau deixa o seu cargo, que ficou vago até o final dessa gestão.

Ao longo desse período, a gestão procurou cumprir o compromisso de continuidade da APEESP como espaço democrático que privilegia a formação do professor de língua espanhola da educação básica, sobretudo da rede pública de ensino.

Dentre as atividades realizadas no primeiro ano da gestão, destaca-se a participação no 16º Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol (CBPE), realizado na UFSCar, no período de 28 a 31 de julho. Juntamente com o congresso, fomos os anfitriões e organizadores do Encontro de Representantes das Associações de Professores de Espanhol – ERAPES – com o diálogo sobre a situação do ensino de espanhol nos diferentes estados brasileiros e a eleição do estado do Pará como sede do 17º CBPE.

É importante mencionar o trabalho do vice-presidente da APEESP Edilson da Silva Cruz e de Andreia dos Santos Menezes, que integrava a gestão anterior da associação, que redigiram o capítulo “A implantação do Espanhol em São Paulo (2006-2015)”, para o livro sobre os 10 anos da Lei 11.161/05 nos estados brasileiros ao longo dos dez anos decorridos da promulgação da referida lei.

Também foi firmada a parceria da APEESP com o Centro Ángel Rama na realização do curso “Políticas Linguísticas e os Povos Indígenas da América Latina”, com a participação da segunda tesoureira, Camila de Lima Gervaz, na

---

<sup>1</sup> Professor Mestre da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-Itaquaquecetuba).

organização do evento e a oficina ministrada pelo vice-presidente, Edilson da Silva Cruz. E, ainda, a participação do presidente Fábio Barbosa de Lima, juntamente com a presidenta da gestão anterior, Larissa Fostinone Locoselli, da mesa de discussão “Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo: Instância Política e de formação”, sobre as ações da associação, na I Jornada do Curso de Letras / Espanhol e o I Encontro Ángel Rama de alunos da graduação em Espanhol, nos dias 15 e 16 de setembro.

Por fim, destacamos a apresentação do trabalho “Lei 11.161/05 – a implantação da disciplina no currículo no estado de São Paulo e as ações da APEESP”, pelo vice-presidente Edilson da Silva Cruz, no I Simpósio de Glotopolítica e Integração Regional, realizado em novembro de 2015, na Universidade Federal da Paraíba, bem como, a sua participação no GT “10 anos da ‘Lei do espanhol’: expectativas e percursos”.

Em 2016 foi realizada a Jornada da APEESP – 2016, nos dias 07, 14 e 21 de maio, no Instituto Federal de São Paulo, campus São Paulo, com as seguintes oficinas:

- Oficina1: *Secuencias Didácticas para la Enseñanza de E/LE*, ministrada pelo professor Fábio Barbosa de Lima (FATEC – Itaquaquecetuba / Gestão APEESP);
- Oficina 2: *El uso de tecnologías en la enseñanza de español como lengua extranjera: relato de experiencia*, ministrada pela professora Jorgelina Ivana Tallei (UNILA);
- Oficina 3: *El uso del texto literario en las clases de lengua española*, ministrada pelo professor Benivaldo José de Araújo Júnior (FFLCH/USP);
- Oficina 4: *Elaboração de lineamentos para discussão de cultura em práticas de ensino de espanhol como língua estrangeira para brasileiros*, ministrada pelo professor Jorge Rodrigues Souza Júnior (IFSP – Campus São Paulo);
- Oficina 5: *Trabalhando a Literatura na sala de aula: um olhar sobre a cultura hispano-americana*, ministrada pelo professor Rodrigo de Freitas Faqueri (Mackenzie / SP);
- Oficina 6: *Língua/cultura: o tratamento indissociável proposto pela abordagem discursiva*, ministrada pela professora Greice de Nóbrega e Sousa (Unifesp).

A gestão da APEESP foi representada por sua primeira tesoureira Glauce Gomes de Oliveira Cabral na plenária do III EAPLOM (Encontro de Associações de Professores das Línguas Oficiais do Mercosul), realizado juntamente com o III CIPLM (Congresso Internacional de Professores das Línguas Oficiais do Mercosul), realizado no período de 06 a 10 de junho, em Florianópolis.

Parcerias significativas no que diz respeito à formação de professores foram realizadas. Juntamente com o Núcleo de Educação Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, o Programa de Pós-graduação em Língua Espanhola e Hispano-americana da FFLCH USP foi organizado o curso Relações entre línguas na escola – Troca de saberes com a universidade, que contou com a participação do vice-presidente Edilson da Silva Cruz e da segunda tesoureira Camila de Lima Gervaz. No âmbito da educação técnica e tecnológica foi firmada parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, que resultou numa capacitação para docentes de língua espanhola das Escolas Técnicas Estaduais (ETEC's) e Faculdades de Tecnologia (FATEC's), ministrada pelas professoras María Zulma Moriondo Kulikowski (FFLCH-USP) e Isabella Gallardo, a convite da gestão da APEESP, em 15 de agosto, além da participação do presidente e da primeira tesoureira dessa gestão, respectivamente, Fábio Barbosa de Lima e Glauce Gomes de Oliveira Cabral, ministrando o minicurso O Componente Intercultural nas aulas de Língua Estrangeira, no CBTECLE – Congresso Brasileiro de Línguas Estrangeiras na Formação Técnica em Tecnológica, realizado no dia 30 de outubro, que, ainda, contou com a professora Neide Therezinha Maia González na conferência de abertura, a convite da gestão da associação.

Desde o início da gestão buscou-se a continuidade do diálogo iniciado pelas gestões anteriores com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) sobre a situação do ensino da língua espanhola na rede pública estadual. Temas como a implementação da disciplina no currículo do ensino médio, conforme previsto na Lei 11.161/2005, a situação dos cursos livres de espanhol nos Centros de Estudos de Línguas (CEL's) e o andamento do concurso docente realizado em 2013. Tal mobilização resultou em trocas de cartas e ofícios com o governo do estado e em março de 2016 foi protocolada

uma carta junto à SEE. A cópia deste documento foi a todos os deputados da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa e, também, ao sindicato da categoria docente da rede pública estadual, a APEOESP.

Apresentamos um percurso dessas ações: 1. a carta protocolada em março na SEE foi respondida em junho pelos setores responsáveis; 2. ainda em março, o deputado Carlos Giannazi (PSOL) encaminhou um Requerimento de Informação junto à SEE, que foi respondido em maio; 3. a Comissão de Educação e Cultura passou a questão para o deputado Adilson Rossi (PSB), que devolveu o trâmite para a presidência que, por sua vez, o endereçou à deputada Leci Brandão (PC do B), que encaminhou um novo Requerimento de Informação, além de já ter encaminhado ofício para a SEE no mês de outubro. Com o apoio do mandato da deputada Leci Brandão foram feitas discussões sobre a possibilidade da convocação de uma audiência pública com o Secretário de Educação no início do próximo ano.

Em 22 de agosto de 2016 a educação brasileira sofreu um golpe: a Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016, que institui de a reforma do Ensino Médio, alterando as Leis de nº 9.394/96 e 11.494/2007 e revogando a Lei nº 11.161/2005, eliminando, assim, a língua espanhola como disciplina obrigatória no currículo do Ensino Médio.

Desde o primeiro momento a gestão da APEESP se posicionou de forma crítica a tal medida, pois entendemos que mudanças significativas na Educação brasileira fossem levadas a cabo através de Medida Provisória, sem ampla consulta e discussão junto à sociedade civil e seus atores diretamente envolvidos: estudantes e professores da educação básica, através de suas entidades representativas. A alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/96, que rege os rumos da educação no país e que, em que pese suas deficiências, foi promulgada após ampla discussão e calcada nos valores da Constituição Cidadã de 1988, por meio de Medida Provisória, não foi um caminho condizente com uma democracia e tampouco resolverá os problemas que enfrentamos na educação brasileira.

No que diz respeito ao ensino de línguas estrangeiras, nos causou preocupação a alteração apresentada à redação do § 5º do artigo 26 da LDB



9.394/96, que torna obrigatório o ensino de língua inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e o Artigo 13, da presente Medida Provisória, revogando a Lei 11.161/2005, sobre o ensino de espanhol no Ensino Médio, sendo substituído pelo § 6º do Artigo 36, que versa que “os currículos de ensino médio incluirão, obrigatoriamente, o estudo da língua inglesa e poderão ofertar outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino”. Tal medida apontava para caminhos contrários da construção da busca do plurilinguismo e das políticas linguísticas que perpassam uma sociedade mais democrática e que almeja a integração e sua identidade junto aos povos latino-americanos.

De igual modo, nos preocupamos com as incertezas que rondam a redação dessa Medida Provisória no que diz respeito à supressão do ensino de Artes e Educação Física e, também, a proposta de tornar facultativo o ensino de Filosofia e Sociologia, pois consideramos que essas áreas, assim como o ensino de línguas contribuem para a formação cidadã e para a construção do pensamento crítico, premissas indispensáveis numa democracia.

Ainda, nos manifestamos contrários aos incisos III e IV do Artigo 61 que dispõe que para exercer o magistério no nível do Ensino Médio poderão ser contratados “trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim” e “profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação”, pois o mecanismo do “notório saber” vem se juntar ao desmonte das Licenciaturas, cursos que, do ponto de vista legal, têm por objetivo a formação do professor para a atuação em todos os anos da Educação Básica.

Considerando a luta por uma educação pública, democrática e de qualidade e pautada pela premissa do plurilinguismo, realizamos ações como lançamento de notas públicas, pedidos de esclarecimentos, mobilização com os nossos associados através das redes sociais e da participação e organização em eventos em defesa da escola pública, como a plenária "A MP 746/16 e o lugar das Línguas Estrangeiras no Ensino Médio", realizada em 03 de outubro,

no Anfiteatro da Geografia – FFLCH USP, com a participação de Ana Paula Martinez Duboc, docente da Licenciatura – Inglês da Faculdade de Educação da USP; Caio Guilherme da Silva Santos, representante da União Municipal do Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES); Emerson Santos, representante da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES); Fernanda Castelano Rodrigues, docente de Letras – Espanhol da Universidade Federal de São Carlos; Roberta Barni, da Associação Brasileira dos Professores de Italiano e docente Letras - italiano da FFLCH/USP e Roberto Guido, representante do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), e que teve como mediadora a professora Neide Therezinha Maia González, docente Letras – Espanhol da FFLCH/USP. Nesta plenária contamos com a participação de nossos associados, além de professores e estudantes da educação básica e das Licenciaturas, associações de professores de línguas, movimentos e entidades estudantis, sindicatos docentes e movimentos em defesa da educação.

Sabemos que a luta por uma educação pública de qualidade é sempre árdua; sobretudo em tempos da quebra do estado democrático, como o que sofremos com o golpe parlamentar-jurídico-midiático de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, reeleita democraticamente em 2014. Infelizmente, presenciamos a implantação de um projeto de poder ilegítimo, no qual interesses obscuros suplantam o querer popular. Mas, também, temos a convicção de que é necessário seguir lutando.

### **Gestão 2014/2016**

Fábio Barbosa de Lima – presidente

Edilson da Silva Cruz – vice-presidente

Sheila Galvão da Silva – primeira secretária

Glauce Gomes de Oliveira Cabral – primeira tesoureira

Camila de Lima Gervaz – segunda tesoureira

## A APEESP enquanto legado a ser defendido – Gestão 2016-2018

Jorge Rodrigues de Souza Junior<sup>1</sup>

75

### Introdução

Coube a nós, a gestão 2016-2018, estar à frente de um importante momento da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo (APEESP): o cumprimento de seu aniversário de 35 anos. Efeméride que não apenas se destaca pelo fato de haver passado mais de três décadas de sua fundação, mas também por haver mantido, durante esses 35 anos, os ideais expressos por seu sócio-fundador e número da APEESP, o já saudoso Prof. Mario Miguel González:

Cabe também às APEs manter uma atitude crítica no processo de implantação do ensino do Espanhol no ensino básico, apontando a usurpação de funções, as falácias, a necessidade de atuação do estado (os municípios, os estados e o poder federal) para que esse processo seja conduzido visando ao interesse público.<sup>2</sup>

Mormente ter passado por situações que momentaneamente a desviaram dos ideais expressos pelo professor fundador de nossa associação, a APEESP, através das ações várias realizadas pelas últimas gestões, logrou cumprir com o seu papel, fortemente expresso em seu atual estatuto:

- I. congregar os professores de Língua Espanhola e matérias conexas da Estado de São Paulo;
- II. facilitar o intercâmbio de experiências didáticas, resultados de pesquisas e material bibliográfico entre seus membros;
- III. promover o relacionamento dos seus membros com entidades similares ou professores de espanhol e matérias conexas de outros Estados;
- IV. promover o desenvolvimento e divulgação da pesquisa e experiências didáticas dos seus similares;

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP Campus São Paulo).

<sup>2</sup> Entrevista com o Prof. Mario Miguel González ao Boletim da APEESP (jul/2007).

- V. organizar encontros, seminários, simpósios e congressos com a participação dos seus membros, isoladamente ou em conjunto com outras entidades similares;
- VI. trabalhar para uma inserção do ensino de espanhol e matérias conexas no sistema educacional brasileiro em uma perspectiva de plurilinguismo e atenta às especificidades regionais;
- VII. agir em defesa dos interesses profissionais do conjunto de seus membros.<sup>3</sup>

Nesse momento, em que passamos por uma forte desmobilização social, por ataques a movimentos sociais e coletivos e ao empreendimento de uma política educacional de desmonte da educação pública, altamente vinculada ao mercado, é importante pensar no legado de uma associação representativa de estudantes, professores e pesquisadores de língua espanhola e disciplinas correlatas, principalmente depois da revogação da chamada Lei do Espanhol (Lei federal 11.161/2005)<sup>4</sup>, lei que estipulava a obrigatoriedade da oferta dessa língua (cuja frequência era optativa, assim como o papel dessa disciplina (e das disciplinas que se relacionam com ela) no atual contexto educacional brasileiro.

Dessa forma, cremos que as associações de professores de espanhol (APE's) desempenham um importante papel nesse contexto, ao amalgamar interesses comuns em todo o território nacional, convertendo-se em uma frente de resistência a políticas públicas que tem ameaçado a educação brasileira como um todo.

Dito isto, apresentaremos uma discussão neste artigo sobre as ações que a nossa gestão realizou até este momento e que vão ao encontro do legado histórico da APEESP; também exporemos uma reflexão sobre o futuro da associação diante de um difícil panorama para o ensino de língua espanhola em nosso país.

---

<sup>3</sup> Estatuto da Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo: [http://www.apeesp.com.br/?page\\_id=808](http://www.apeesp.com.br/?page_id=808).

<sup>4</sup> A implantação da chamada Lei do Espanhol suscitou pesquisas e relatos de experiência, a partir das diversas formas em que essa lei foi implantada nos estados. Após sua revogação, movimentos isolados têm lutado pela retomada do ensino de espanhol nos estados brasileiros. Para mais detalhes sobre o processo de implantação dessa lei, consultar BARROS, Cristiano; COSTA, Elzimar; GALVÃO, Janaína. Dez anos da Lei do Espanhol (2005-2015). Belo Horizonte: FALE/UFMG.

## As ações da atual gestão

A atual gestão da APEESP, composta por Jorge Rodrigues de Souza Junior (presidente), Raul Barbosa Dias de Lima (vice-presidente), Silvia Amancio de Oliveira (primeira secretária), Isabel Cristina Contro Castaldo (segunda secretária), Juliana Brito Gomes de Oliveira (primeira tesoureira) e Andrea Nora Pizzutiello (segunda tesoureira), tem sido sensível ao legado histórico de nossa associação. Buscamos dar prosseguimento a ações encampadas pelas gestões anteriores e avançar nas reivindicações e projetos, que elencamos a seguir:

77

### - Realização da Jornada da APEESP 2017

Em 2017 realizamos a Jornada da APEESP 2017 nas dependências do campus São Paulo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Nos últimos anos as Jornadas se constituíram na principal ação de formação realizada pela associação, em colaboração com professores de instituições públicas e particulares de ensino regular e também universitárias, que nos cederam voluntariamente seu tempo e dedicação. No total, quatro oficinas foram realizadas, sendo elas oferecidas em dois finais de semana:

- oficina *Cortar e Colar: sequência didática de produção de texto para alunos do Ensino Médio*, ministrada pela Profa. Ma. Andrea Nora Pizzutiello;

- oficina *Palavra e imagen: una propuesta para la clase de E/LE*, ministrada pela Profa. Dra. Graciela Foglia;

- oficina *O ensino de espanhol e a diversidade: um diálogo com as temáticas étnico-raciais e (i)migrantes*, ministradas pelas Profas. Mas. Camila Lima Gervaz e Adriana de Carvalho; e a

- oficina *Desafios na escolha e preparação de material didático para o ensino de espanhol e a formação cidadã e crítica do aluno*, ministrada pela Profa. Dra. Mônica Ferreira Mayrink O’Kuinghttons.

### - Sarau da APEESP

Visando agregar temas culturais e artísticos à nossa missão (que por vezes está muito pautada pelo viés acadêmico), a atual gestão tomou a iniciativa

de realizar o Sarau da APEESP, em agosto de 2017. A ação teve grande repercussão e reuniu um grande público nas dependências do Centro Cultural Butantã.

- Participação em congressos de professores de Espanhol

A atual gestão, consonante com ações realizadas pelas gestões anteriores, participou de dois congressos de professores de Espanhol, um nacional e outro regional, ciente da importância da colaboração com as APE's de outros estados e na interlocução com as associações de todo o país, com o propósito de debater a importância do ensino de espanhol no Brasil e de planejar ações em comuns. Vale ressaltar que a APEESP tem participado com afinco no firme propósito de fortalecer a Secretaria Nacional das Associações de Professores de Espanhol (SENACAPE) . Os congressos que contaram com o apoio e a presença da APEESP foram:

- XVII Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol, realizado em Belém, nas dependências da UFPA, em 2017.

- I Encontro de Professores de Espanhol do Sudeste, iniciativa que partiu da necessidade de fortalecer a interlocução regional das associações (decisão tomada na reunião das APE's de todo país no XVII Congresso Brasileiro de Professores de Espanhol), sendo que a primeira edição foi organizada pela APEMG nas dependências da UFMG, em Belo Horizonte, em 2018.

A seguir elencaremos ações políticas realizadas pela APEESP, com o propósito de atuar na defesa de um ensino plurilinguístico em nosso estado.

- Inquerir a Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP) sobre a convocação dos professores de espanhol aprovados no último concurso público de 2013 (convocação que foi paralisada).

Atualmente temos, como uma das principais demandas de nossa associação, a convocação dos professores de espanhol aprovados no último concurso Professor de Educação Básica II (PEB-II), realizado em 2013. Inúmeros requerimentos foram trocados entre a associação e a Secretária de

Estado da Educação (SEE) sobre a convocação desses professores, sendo o último deles (o requerimento 244/2016) em 2017<sup>5</sup>. Ademais, o posicionamento da secretaria, em todos eles, foi o de expressar o entendimento de não haver previsão para convocação de mais professores de espanhol aprovados neste concurso – conforme a última resposta da SEE que tivemos sobre isso, ao nos responder o Requerimento de Informação nº 244/2016.

A mesma resposta afirma que houve, em 2014, duas sessões de escolha de cargo destinadas aos ingressantes no cargo de PEB-II Disciplina Língua Espanhola, totalizando 101 nomeados para essa disciplina. Depois dessas duas sessões, que foram realizadas entre 27 e 31/01 de janeiro de 2014 e entre 5/05 e 14/05/14, não foram mais realizadas novas sessões de escolha. Entretanto, de forma isolada, alguns aprovados têm obtido êxito ao solicitarem na justiça a sua contratação.

Diante desse panorama, que ainda contava com a vigência da Lei federal 11.161, de 2005, que estipulava a oferta obrigatória de espanhol no ensino médio, lei revogada pela nova Lei federal 13.415, de 2017, a chamada lei do Ensino Médio, fizemos a defesa de que fossem providas vagas para esses professores aprovados no último concurso para ministrar aulas nos CEL's. Diante dessa reivindicação, a SEE defendeu que as aulas dos Centros de Línguas não caracterizam vagas para ingresso em cargo de PEB-II, por ser o CEL um projeto de pasta, ou seja, “uma unidade de ensino vinculada administrativa e pedagogicamente a uma escola estadual” que tenha aderido ao Programa São Paulo Faz Escola. Dessa forma, somente os professores concursados que já fazem parte da rede poderiam ministrar aulas nessas unidades (conforme discutiremos abaixo).

A SEE também nos informou, nessa mesma resposta ao requerimento de informação, que não há previsão para nova chamada aos remanescentes do

---

<sup>5</sup> No dia 31 de janeiro de 2017 a diretoria da Apeesp enviou o Ofício nº 01/2017 ao Secretário de Estado da Educação de São Paulo, Sr. José Renato Nalini, solicitando esclarecimentos sobre o processo de atribuição de aulas em curso na Rede Estadual de Ensino, que inviabilizou a formação de turmas exclusivas nos Centros de Estudos de Línguas (CEL), gerando a lotação de salas, a junção de turmas diferentes e a exclusão de grande parte das salas já previstas e organizadas por cada escola. Tivemos uma resposta padrão em que se ressalta que o multisseriamento está previsto na legislação que rege os CEL.

cargo de PEB-II para Língua Espanhola pois, segundo a secretaria, não há vagas disponíveis. Devemos considerar, nesse sentido, a recente aprovação da Lei federal 13.415, de 2017, que estipulou a língua inglesa como única língua estrangeira a ser ensinada, lei que também estabeleceu a necessidade de uma nova Base Nacional Comum Curricular<sup>6</sup>, o que provoca uma situação de espera sobre essa questão.

A secretaria, por argumentos baseados em documentos próprios, vê como impeditivo a contratação de professores concursados para ministrar aulas dos denominados “projetos de pasta”. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, enfatiza que para criação e instalação de CEL um dos requisitos “é a existência de docentes habilitados ou qualificados para ministrar os cursos de língua estrangeira moderna” (conforme resposta ao requerimento 244/2016). Para atender à demanda das aulas, segundo a mesma SEE, estas devem ser atribuídas aos docentes inscritos, credenciados e selecionados em processo realizado em conjunto com a Diretoria de ensino e a direção da unidade escolar vinculadora. Nesse sentido, não vemos como impeditivo que professores aprovados no último concurso possam compor sua carga horária, parcial ou totalmente, nesses centros de línguas.

Entretanto, a última resolução que rege a atribuição de aulas na rede, a de número 72, do ano passado, estabeleceu dificuldades para esse processo. Docentes das categorias F (docentes estáveis pela Lei estadual 1.010/2007) e O (docentes temporários), sendo esses dois grupos os que não possuem cargo efetivo, que naquele momento eram ministrantes de aulas nos Centros de Língua, foram realocados para a atribuição de aulas da grade regular de cada Diretoria de Ensino, conforme previsto no artigo 12, parágrafos 1º e 2º da referida Resolução. Essa medida resultou no fechamento de diversas turmas dos centros de línguas, e na interrupção do trabalho de longos anos de muitos professores

---

<sup>6</sup> A Base Nacional Comum Curricular já possui texto provisório (que será discutido em audiências públicas pelo país antes de ser sancionado), que estipula somente a Língua Inglesa como língua estrangeira obrigatória a ser ensinada no Ensino Médio. Não há referência ao ensino de língua espanhola, tampouco de uma segunda língua estrangeira em caráter optativo, contrariando o texto da Lei 13.415/2017, que faz menção a isso e explicita a preferência pela língua espanhola. O texto pode ser consultado neste link: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_EnsinoMedio\\_emaixa\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_EnsinoMedio_emaixa_site.pdf)



que ministravam aulas de línguas estrangeiras nos CEL's, que se viram na necessidade de deixar de lado anos de pesquisa e de formação continuada na área de línguas estrangeiras para dar aulas de português, ou conforme a área em que foram contratados.

Essa medida teve, como efeito direto, a redução de aulas e de turmas oferecidas.

Pela experiência do diálogo da APEESP com a SEE temos notado, há alguns anos, a emissão de ofícios pela SEE instaurando e revogando a possibilidade de constituição de jornada docente com aulas do projeto de pasta CEL aos então professores ingressantes concursados em Espanhol no último concurso, a saber os ofícios 476 e 1400/2014, respectivamente, com a alegação de que a atribuição de aulas do CEL exigia, conforme palavras da SEE no ofício 1400/2014, “um perfil docente diferenciado”.

Conforme os documentos que temos de ofícios solicitados por esta associação e as respectivas respostas da SEE (dadas no ano passado), observamos que, mesmo na grade regular de ensino da rede estadual, dos atuais 628 professores de Espanhol, somente 129 são concursados, havendo uma maioria de professores temporários (os chamados categoria O, sendo o número de 342 professores), seguida pelo número de 157 estáveis (categoria F). Somando os números dos não-concursados, têm-se expressivos 499 docentes sem status de efetivo, ou 79% dos profissionais que lecionam Espanhol (dados de 2016, últimos acessíveis).

A partir desse panorama, e da impossibilidade de contemplarmos no horizonte uma mudança de política nesse sentido, tomamos a iniciativa de realizar uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP), em defesa do ensino de línguas estrangeiras na rede pública estadual.

#### - Realização da Audiência Pública em Defesa do Ensino de Línguas Estrangeiras

Nessa audiência, realizada no dia 19 de outubro de 2017, no auditório Tiradentes da ALESP, contamos com o apoio da gabinete da Deputada estadual Leci Brandão. Nela fizeram parte, além da deputada, o presidente da APEESP,

Jorge Rodrigues de Souza Júnior, e as professoras Natália Victuri e Maria Teresa Celada (cujo texto lido na audiência foi reformulado e está publicado nesta edição da *Intersecciones*). Na audiência a APEESP fez a defesa da contratação efetiva de professores já aprovados no último concurso para PEB-II, a realização de novos concursos para professores de línguas estrangeiras e o fortalecimento dos Centros de Estudos de Línguas (CEL) como política institucional permanente do Estado de São Paulo.

Essa postura se compreende pelo reconhecimento, por parte da APEESP, da importância de um ensino plurilíngue para a formação cidadã do aluno. Reconhece-se o contexto político e cultural em que estamos vivendo, de forte enfrentamento social, em que a legitimação da diversidade cultural e linguística de nossa sociedade se faz presente, principalmente diante do forte acirramento da violência e do preconceito existentes à presença de imigrantes e de refugiados em nosso país e o crescente aumento da intolerância cultural e étnica.

Uma mostra dessa diversidade é notada pela presença da maciça imigração boliviana na capital paulista. O consulado da Bolívia na cidade de São Paulo estima que vivem, de forma indocumentada, quase 70 mil imigrantes bolivianos, maior grupo imigrante que vive hoje na cidade de São Paulo, sendo que mais de 30 mil vivem documentados nessa cidade, o que dá a cifra de 100 mil bolivianos imigrantes.

Também é público iniciativas realizadas por vários agentes públicos pelo país em defesa do ensino de língua espanhola na educação básica. Elencamos a seguir algumas delas:

- a manutenção do ensino de espanhol na rede pública estadual de Alagoas, iniciativa da Secretaria de Educação desse estado, apesar das recentes mudanças estipuladas desde o governo federal pela nova lei do ensino médio;
- a iniciativa de projeto de lei realizada no município paraibano de Areial, que estipula a obrigatoriedade do ensino de espanhol na rede daquele município, a partir do Ensino Fundamental II;
- a elaboração do projeto de lei na Assembleia Legislativa da Paraíba, que dispõe sobre a implantação da disciplina de Língua Espanhola na grade curricular da Rede Estadual de Ensino.

- a elaboração do Projeto de Emenda Constitucional à Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que determina a inclusão da língua espanhola nos currículos das escolas estaduais.

Dessa forma, a partir da discussão realizada naquela audiência e das iniciativas que acima elencamos, vimos a necessidade de pensarmos em uma política de ensino de línguas para a rede pública de ensino de nosso estado. Diante desse panorama, a nossa gestão da APEESP, em conjunto com o gabinete da deputada Leci Brandão, realizou uma terceira ação:

- Elaboração de um projetos de lei sobre a oferta obrigatória da Língua Espanhola no currículo do ensino médio da rede estadual de ensino e da defesa de um ensino plurilinguístico nos sistemas de ensino de nosso estado.

Iniciativas realizadas em outros estados nos inspiraram a tomar essa posição e a favor da curricularização das línguas estrangeiras, disciplinas que comumente são excluídas dos currículos dos diversos sistemas de ensino. Porém, cientes dessa posição, temos o registro de que ela apenas corresponde à defesa do ensino de língua espanhola, o que seria uma contradição histórica de uma associação como a APEESP, a qual sempre esteve na defesa de um ensino plurilíngue, que atenda à diversidade linguística de nosso país. Diante desse panorama, também apresentaremos, conjuntamente com o gabinete da deputada Leci Brandão, uma Proposta de Emenda Constitucional à Constituição do Estado de São Paulo, cujo objeto será a defesa de um ensino plurilinguístico. Esse objeto está em fase de construção e necessitaremos de debates e discussões para que possa ser algo significativo. Nesse sentido,

Consonante a essas iniciativas e cientes dessa posição, ressaltamos que a realização da audiência pública na casa legislativa do Estado de São Paulo, e as ações que dela decorrem, visam defender não apenas o ensino de espanhol na rede pública, como resposta às questões que levantamos sobre o ensino dessa língua na rede estadual no panorama atual, mas também defender uma política linguística que não relegue o papel das línguas estrangeiras ao lugar do extracurricular, do acessório e do específico. Consideramos a necessidade de

uma efetiva oferta de um currículo de línguas estrangeiras para a formação cidadã do aluno da rede pública estadual de ensino diante das urgências culturais, sociais e políticas de nossa sociedade, a favor da ampliação das oportunidades e da responsabilidade do Estado frente a essas questões. Por isso, também defenderemos, via projeto de lei, a mudança do estatuto institucional dos Centros de Estudos de Línguas para uma política efetiva e permanente do governo do Estado de São Paulo, em consonância com os currículos das demais disciplinas que compõem o programa de ensino. Cremos que esse é o papel que se espera de um estado cuja história foi formada pela imigração e cuja diversidade social está pautada por ela atualmente, o que reforça nossa crença na defesa de um ensino plurilinguístico e diversificado para o nosso estado.

### **O legado da APEESP como prática norteadora e reflexiva para as próximas gestões**

No aniversário de 35 anos da APEESP, a atual gestão olha o passado com especial atenção e legitima o legado histórico dessa associação através da consideração das ações realizadas pelas gestões anteriores, alçando-as como prática norteadora e reflexiva a serem realizadas pelas próximas gestões. A realização do *III Simpósio da APEESP 35 anos* e a publicação deste número da *Intersecciones* são ações que reforçam este entendimento.

A Associação de Professores de Espanhol do Estado de São Paulo, a segunda mais antiga de nosso país, fundada em 1983, vê-se diante de um panorama de forte desconstrução de mobilizações coletivas e sociais, resultantes do difícil contexto político instaurado em nosso país após a saída da presidenta Dilma Rousseff em um processo arbitrário e discutível classificado por muitos como golpe de Estado. Dessa forma, pensar o futuro neste momento é uma tarefa de difícil realização e que gera incertezas sobre nossas ações.

Um dos processos decorrentes desse contexto foi a revogação da Lei 11.161/2005, a Lei do Espanhol que, apesar das diversas dificuldades e incongruências que instaurou sobre a oferta dessa língua em nosso país, foi um marco significativo na criação de cursos superiores de formação de professores

de espanhol por todo o Brasil e também no reconhecimento político da importância do ensino dessa língua em nosso país. Consideramos, entretanto, que tal dificuldade (assim como muitas que constituíram a história do ensino de línguas estrangeiras em nosso país e, em especial, do espanhol) não será empecilho para o ensino de língua espanhola em nosso país; ao mesmo tempo, instaura para a APEESP a necessidade de atuarmos em frentes distintas – frentes essas consonantes com a defesa de um ensino plurilinguístico e diversificado. Desta forma, olhar para o passado norteará nossas ações e dará alento para vermos que dificuldades como as atuais são passageiras e não obstaculizam o firme propósito de defender e salvaguardar o ensino de espanhol e de disciplinas correlatas em nosso país.